

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Juízes passam por cima de leis para fazer justiça social" 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras reverte prejuízo e lucra R\$ 32,5 bilhões 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf nega dedução de gastos com festa de fim de ano da base de cálculo do Imposto de Renda 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo da Previdência sobe 20% em setembro 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ajuste necessário para conter escalada - BRASIL EM FOCO 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi é o patinho feio do ajuste fiscal - ENTRELINHAS 13

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Será retomada hoje reunião para definir cortes de despesas 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Secretário prevê superávit em dia de anúncio de déficit 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central tem déficit de R\$ 5,3 bilhões 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tem déficit de R\$ 105,2 bi até setembro 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Superagência reguladora não é consenso no governo, diz Renan Filho 19

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo da Previdência aumenta quase 20% em setembro, diz governo 20

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Confira as datas de pagamento do 13º de empregados domésticos, babás e cuidadores 21

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Confira as datas de pagamento do 13º de empregados domésticos, babás e cuidadores 23

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL SERVIDOR PÚBLICO Contratações de servidores vão mudar	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Defesa de ações contra a desigualdade social	28
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA Osplit payment no novo cenário tributário - OPINIÃO JURÍDICA.....	30
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma Tributária: empresas de saneamento fazem abaixo-assinado contra alta de imposto para proteger investimentos	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Setor de saneamento faz abaixo-assinado contra alta de imposto.....	34
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Previsão de orçamento para 2025 é de R\$ 66,6 bi.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Correção da política fiscal pode atenuar alta de juros (Editorial).....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Regulamentação das bets passa pela realização de auditorias independentes.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA Brasil reduz em 12% emissões de gás de efeito estufa, mas patamar ainda é elevado	40
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA Controle de gastos é essencial para conter alta de juros (Editorial).....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Outubro terá superávit de quase R\$ 40 bi, diz Ceron.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Vitória do republicano significa mudanças nos rumos do Fed?.....	45
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS O impacto de Trump na América Latina.....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Vitória de Trump cria armadilha para BCs (Artigo).....	50
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Trump não consegue tirar política climática dos trilhos, diz John Kerrv.....	52

Sexta-Feira, 8 de Novembro de 2024

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Selic deve subir mais 54

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado espera Selic mais alta após eleição de Trump 55

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

O mercado de capitais e a ascensão do financiamento - PALAVRA DO GESTOR 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa e juros futuros recuam com ruídos fiscais 59

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar fecha estável e Bolsa cai, com juros do Fed 61

"Juízes passam por cima de leis para fazer justiça social"

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

ENTREVISTA: José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP

O sociólogo José Pastore afirma que o problema de "ativismo judicial" na área trabalhista não está nas leis, mas no que ele chama de ideologia social dos juízes. "Todo direito tem custo, todo benefício gera despesa.

Os juízes não compreendem essas coisas e, para querer proteger e fazer justiça social, passam por cima das leis." Pastore coordenou um estudo na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) que mostra, com casos concretos, como o chamado "ativismo judicial" - quando um juiz toma uma decisão que não está prevista em lei ou até mesmo contraria a legislação - vem aumentando custos para as empresas.

Como é possível identificar as causas para a insegurança jurídica envolvendo o ativismo judicial?

Toda vez que um juiz tira da cabeça dele uma interpretação, julga e condena uma empresa, ele provoca um prejuízo imediato e dá uma sinalização para todos os empresários.

Quem estava seguindo a lei vai falar: "Eu achei que estava certo, agora não vou expandir meu negócio".

Os dez casos apontados no estudo, que incluem terceirização e banco de horas, são os imbróglios maiores na área trabalhista?

Não são os maiores, é uma mescla de casos e grandezas. Tem um caso com aproximadamente 500 ações na Justiça do Trabalho, mas que repercute em milhares de ações na Justiça Federal. O Supremo Tribunal Federal, em uma decisão, achou que os aparelhos auditivos para regular ruído não são suficientes, mas isso contraria a lei existente e criou uma confusão nessa área. Vários sindicatos laborais começaram a entrar na Justiça do Trabalho para pedir adicional de insalubridade por causa do ruído. O **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) e a Receita interpretaram a decisão do Supremo de uma maneira mais ampla e passaram a cobrar adicionais

de insalubridade das empresas que têm uso do aparelho auditivo de forma retroativa, desde o dia em que eles começaram a usar o aparelho, e isso está sendo cobrado na Justiça Federal.

A insegurança jurídica no Brasil está maior agora?

Aumentou bastante porque há uma oscilação muito grande na composição dos tribunais, à medida que vão se tornando mais ecléticos e os juízes, mais ideológicos. É um sinal dos tempos. O identitarismo está crescendo muito em todas as áreas. É a busca de mais diversidade, mais justiça social, e isso influenciou os juízes. Essa ideologia social está fazendo com que o Judiciário esteja se tornando muito imaginativo na hora de decidir.

Por que os processos judiciais voltaram a crescer depois da queda que houve com a reforma trabalhista?

A reforma trabalhista buscou fortalecer a negociação entre as partes, achando que as partes sabem melhor que os juízes o que é bom para elas. Por exemplo: a reforma trabalhista permite que as partes reduzam o horário de almoço para 45 minutos ou para meia hora para o trabalhador sair mais cedo. Se o trabalhador acha que isso é bom para ele, ele negocia com a empresa, faz o acordo e está tudo certo. Mas há magistrados acostumados à proteção legal, que fala em 60 minutos mínimos para o almoço. Dentro dessa lógica do identitarismo, invalidam esse acordo que é feito legalmente entre empregados e empregadores com a participação dos sindicatos.

O estudo coloca que o problema acontece mesmo quando a lei está clara. Como lidar com isso?

Esse é o grande desafio. Para resolver isso, você vai precisar fazer leis cada vez mais detalhadas, mais específicas, dizendo: "Olha, se as partes negociarem 30 minutos de almoço, você tem de respeitar". A reforma trabalhista tem um artigo que diz isso, que os juízes não podem entrar na avaliação do conteúdo da negociação. Eles só podem ver se o formato, se a parte legal, foi respeitado. Mas essa regra está sendo questionada pelos próprios juízes em várias instâncias, eles não aceitaram.

O que precisa acontecer para a comprovação da

renda ser cumprida na hora de conceder a justiça gratuita?

É outro caso em que as regras já existem. Até o Supremo já disse que, para conceder a justiça gratuita, você tem que respeitar a reforma trabalhista. A reforma diz que para quem ganha até 40% do teto da **Previdência Social**, o que dá aproximadamente R\$ 3 mil, a justiça é gratuita, não precisa comprovar e o juiz já concede. Para quem ganha mais, ele tem que demonstrar e comprovar. A comprovação é fácil, mas os juízes não fazem isso mesmo quando o solicitante declara ter posses. Todo direito tem custo, todo benefício gera despesa.

Os juízes não compreendem essas coisas e, para querer proteger e fazer justiça social, passam por cima das leis.

O estudo defende uma regulação explícita da discricionariedade dos juízes nas decisões.

Como fazer isso?

Já está feito isso na reforma trabalhista, no Artigo 611-A. Ali, tem todos os itens que você pode negociar livremente entre empregado e empregador, com a participação do sindicato, e isso vale. Mas muitos juízes não aceitam, não concordam com essa reforma e não estão respeitando. O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional da Justiça são os dois órgãos que podem regular isso.

Por incrível que pareça, há decisões do STF que estão bem claras e que revogam as decisões da Justiça do Trabalho; e, mesmo assim, os juízes do Trabalho continuam prolatando as mesmas sentenças.

"Essa ideologia social está fazendo com que o Judiciário esteja se tornando muito imaginativo na hora de decidir"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Petrobras reverte prejuízo e lucra R\$ 32,5 bilhões

GABRIEL VASCONCELOS DENISE LUNA RIO

A Petrobras fechou o terceiro trimestre do ano com lucro líquido de R\$ 32,5 bilhões, alta de 22,3% ante o mesmo período de 2023. A estatal divulgou o resultado financeiro do período ontem à noite.

Esse lucro reverte o prejuízo de R\$ 2,6 bilhões registrado no segundo trimestre, ligado à concentração contábil do pagamento de R\$ 11,9 bilhões relativos ao acordo com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** para quitação de dívidas fiscais.

O Ebitda ajustado, que mede a capacidade de geração de caixa da companhia, ficou em R\$ 63,66 bilhões no terceiro trimestre, queda de 3,8% em comparação ao mesmo período do ano passado e avanço de 28% em relação ao segundo trimestre de 2024. Já o fluxo de caixa livre atingiu R\$ 38,04 bilhões no período, sendo 7,1% menor do que há um ano, mas 19,3% maior que nos três meses imediatamente anteriores.

A receita de vendas no período, R\$ 129,58 bilhões, subiu 3,8% frente ao terceiro trimestre de 2023, e 6% em relação ao segundo trimestre deste ano.

A Petrobras informou, ainda, que o preço médio do barril do petróleo do tipo Brent no terceiro trimestre ficou em US\$ 80,18, queda de 7,6% na comparação com um ano atrás.

DÍVIDA. A dívida líquida da Petrobras subiu para US\$ 44,2 bilhões ao fim do terceiro trimestre deste ano, valor 1,2% maior que o registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 43,7 bilhões).

Já na comparação com o registrado no fechamento do segundo trimestre (US\$ 46,1 bilhões), houve queda de 4,1% na dívida líquida.

Já a dívida bruta da estatal no terceiro trimestre ficou em US\$ 59,13 bilhões, queda de 3,1% na comparação com o valor registrado no mesmo período de 2023 e queda de 0,8% ante o segundo trimestre. O limite da dívida bruta da Petrobras é de US\$ 65 bilhões, conforme estipulado no estatuto da companhia.

A estatal detalhou, ainda, que a dívida financeira da companhia encerrou o terceiro trimestre do ano em US\$ 25,8 bilhões, sendo a menor desde 2008.

Resultado 3,8% foi a alta da receita líquida da companhia no 3.º trimestre ante 2023

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Carf nega dedução de gastos com festa de fim de ano da base de cálculo do Imposto de Renda

A 1ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** decidiu que despesas efetuadas para a realização de festa de confraternização de fim de ano dos funcionários não podem ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL, na apuração do lucro real. Por maioria, os conselheiros entenderam que tais gastos, embora úteis, não são necessários às atividades das empresas.

A discussão começou quando a **Receita Federal** autuou a agência VMLY R Brasil Propaganda por deduzir do IRPJ e da CSLL gastos com festas de confraternização e eventos para funcionários. O fiscal entendeu que esses gastos eram desnecessários e representavam apenas uma liberalidade da empresa.

A decisão reforma acórdão da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção. Na câmara baixa, os julgadores entenderam que, no mundo empresarial moderno, eventos de integração e confraternização são fundamentais para criar um ambiente de trabalho produtivo e manter os talentos na empresa.

"As pessoas são o patrimônio humano da empresa, que deve ser preservado e, dentro do nosso contexto cultural, é esperado que o administrador assuma despesa com festividades natalinas, visando o bem-estar social. Ademais, a promoção da melhoria do ambiente de trabalho, humanizando o relacionamento empresa e empregados, apenas aparenta ser unicamente graciosa, pois visa, alfinim, o benefício da sociedade empresária como um todo. Assim, as despesas com confraternização de fim de ano são necessárias para tal finalidade, sendo dedutíveis da base de cálculo do IRPJ", diz o acórdão (nº 1201-005.783).

Com esse acórdão favorável ao contribuinte, a Fazenda Nacional interpôs recurso, alegando que a decisão diverge de outras dadas pelo **Carf**, como a proferida pela 2ª Turma Extraordinária da 1ª Seção em 2022 (acórdão nº 1002-002.485), o que foi acatado.

Em seu voto, a relatora do caso, Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic, afirma que "não há nenhuma correlação entre a realização de

confraternização e o aumento na lucratividade". E acrescenta: "Indicam se tratar de uma despesa útil, capaz de contribuir com os fins da empresa, mas não exigida por sua atividade" (acórdão nº 9101 -007.134).

Para o tributarista Sérgio Presta, a decisão da Câmara Superior está desalinhada com a realidade empresarial moderna e precisa ser revista. "Práticas modernas de gestão, incluindo eventos e confraternizações, são necessárias para o sucesso empresarial no século XXI. Não faz sentido usar interpretações dos anos 1960 para julgar práticas empresariais de 2024", diz.

Segundo Presta, a decisão da Câmara Superior fez uma clara distinção entre despesas úteis e necessárias, argumentando que nem toda despesa útil é dedutível. As festas de confraternização, conforme ele, foram considerados atos de liberalidade, não sendo exigidas pela atividade empresarial. "Eventos de confraternização ou ações de marketing para funcionários, ou clientes contribuem para criar um ambiente mais produtivo e gerar negócios." No entendimento de Bernardo Leite, sócio do ALS Advogados, a decisão se atém a uma interpretação e aplicação mais restrita e conservadora da **legislação tributária**. Ele considera que, no voto vencedor, o Parecer Normativo CST nº 32/1981, que trata de dedutibilidade de despesas, foi rechaçado, principalmente no que tange à necessidade de análise dos critérios de normalidade e usualidade sob o ponto de vista do mercado. "O que é, ao meu ver, equivocado", afirma.

O tributarista diz que peca o acórdão no que tange ao critério da "necessidade". "Apesar de criticar o subjetivismo na análise desse critério, buscando uma suposta análise objetiva, o acórdão acaba sendo fundamentado em argumentos subjetivos. Vale destacar que isso decorre do fato de que a própria redação do artigo 47 da Lei nº 4.506/64, que trata de Imposto de Renda, é falha e aberta a diversas interpretações, sendo impossível ter um alto grau de objetividade em sua interpretação", afirma.

Para Leite, um ponto positivo da decisão foi a declaração de voto do conselheiro Daniel Ribeiro

Silva. Ele afirma que a interpretação e aplicação da **legislação tributária** devem evoluir para acompanhar a "realidade mercadológica" e a "evolução das relações empresariais".

O conselheiro acrescenta em seu voto "que a realidade mercadológica e a evolução das relações empresariais e produtivas nos levam à necessidade de evolução na interpretação e aplicação da legislação, especialmente no que se refere a conceitos como usualidade e necessidade que guardam um grande grau de subjetividade, muito embora nós como intérpretes tentamos conferir-lhes contorno mais objetivo possível".

"Esse é um entendimento do qual comungo, pois não é possível que a legislação evolua no mesmo ritmo que a realidade fática, ainda mais em um mundo cujo avanço tecnológico é cada vez mais rápido", diz o advogado, que considera relevante oferecer atrativos extras para atrair talentos para seus quadros. "Nesse contexto, uma confraternização de fim de ano torna-se um aspecto essencial na retenção de talentos." Com essa decisão, acrescenta, as empresas precisarão reavaliar a classificação de despesas com eventos corporativos. Leite aconselha os contribuintes que estão discutindo o assunto na esfera administrativa a acompanhar as discussões. Para as demais, ele aconselha a "avaliar o eventual custo ou risco tributário, dependendo da decisão a ser tomada, levando em consideração o entendimento da Câmara Superior".

Ele acredita que a discussão em relação ao conceito de despesa necessária será definida no Superior Tribunal de Justiça (STJ). "É provável que adotem um conceito intermediário, na linha do que foi adotado no julgamento que envolveu o conceito de insumo para fins de creditamento para PIS e Cofins", afirma.

A agência VMLY R foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

"Uma festa de fim de ano torna-se um aspecto essencial na retenção de talentos" Bernardo Leite

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036>

Rombo da Previdência sobe 20% em setembro

» **RAPHAEL PATI**

As despesas do governo com o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) deram um salto de 20% em setembro na comparação com o mesmo mês do ano passado, atingindo um deficit de R\$ 26,2 bilhões.

De acordo com o relatório do Tesouro Nacional, divulgado ontem, esse foi a principal razão para o saldo negativo do resultado primário (sem considerar gastos com administração da dívida) no chamado governo central, de R\$ 5,3 bilhões. O resultado, em valores nominais, surpreendeu os técnicos do Ministério da Fazenda, que esperavam déficit de R\$ 2 bilhões. Os outros dois componentes do cálculo - Tesouro Nacional e Banco Central - observaram saldo positivo, somando R\$ 20,9 bilhões em setembro.

Um dos principais fatores que influenciaram o deficit do RGPS do mês de setembro foi o pagamento antecipado de R\$ 4,3 bilhões em precatórios federais destinados à recuperação do Rio Grande do Sul, que seriam realizados apenas em 2025.

Também houve um crescimento real de R\$ 1,1 bilhão nas despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) pelo regime de Renda Mensal Vitalícia (RMV), que, de acordo com o governo, é resultado direto do aumento do número de beneficiários, além do aumento do salário mínimo, que passou de R\$ 1.302 para R\$ 1.412 nesse período.

"A gente também tem um efeito pontual no mês de setembro relativo à arrecadação de RGPS, que nesse mês caiu 2,7%, a despeito de a arrecadação bruta da previdência ter subido. Essa arrecadação do Tesouro é a que desconta restituições e compensações, então a despeito desse grupo ter crescido 7% na conta da Receita, esse resultado líquido fez a arrecadação do RGPS cair este mês", explicou o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, David Ataíde.

No acumulado do ano, até setembro, as contas do governo registraram deficit primário de R\$ 105,2 bilhões, que supera em cerca de 6,5% o resultado do mesmo período de 2023, quando houve deficit de R\$ 94,3 bilhões.

A **Previdência Social** acumulou, até setembro, um

rombo de R\$ 265,8 bilhões, ante superavit de R\$ 160,6 bilhões do Tesouro Nacional e Banco Central.

Na avaliação do mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Murilo Viana, o mercado está menos otimista em relação ao cumprimento do arcabouço fiscal no ano que vem, visto que o rombo fiscal segue em trajetória de alta. Como explica o especialista, parte relevante da despesa primária cresce acima do limite de expansão fixado pelo novo arcabouço fiscal, o que pressiona o já apertado espaço para despesas discricionárias.

"É por isso que ocorre tamanha pressão sobre o governo para que se viabilize uma estratégia fiscal crível, que reduza, em alguma medida, o volume total de despesa no curto prazo, e que desacelere o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias no médio e longo prazo", avalia.

Corte O mercado está à espera do anúncio de um pacote com medidas de cortes de gastos para o orçamento de 2025. Havia uma expectativa de que o anúncio pudesse ser feito ontem. No entanto, Lula ainda deve ter novas conversas com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, antes de enviar as medidas para o Congresso Nacional.

Ainda ontem, o Ministério da Fazenda publicou uma nota na qual afirmou serem "enganosas" informações divulgadas na internet que indicavam que o governo poderia cortar gastos em áreas essenciais, como saúde e transporte.

Segundo a informação que circulou, o corte seria de R\$ 15 bilhões. Sem a redução nessas áreas, a proposta cairia para R\$ 10 bilhões. As duas proposições foram desmentidas pela Pasta.

Para o consultor econômico da Leroy Associados, Felipe Diniz Leroy, o crescimento das despesas do governo e do rombo na Previdência evidenciam a falta de uma política de austeridade fiscal desde o início do mandato.

Diante disso, ele avalia que há uma baixa garantia real na economia brasileira, o que tem feito o Banco Central subir os juros para evitar a fuga de investidores do país.

"No que concerne à Previdência, é uma grande conta crescente do governo e essa conta só tende a aumentar, em função da redução da taxa de natalidade, aumento da expectativa de sobrevida, o que já tem reflexos nas contas públicas, e somado a tudo isso, um governo que não implementou nenhum tipo de política de austeridade fiscal", comenta.

Em compasso de espera, os indicadores do mercado financeiro ficaram estáveis, ontem.

Depois de uma semana tensa, o Ibovespa, índice da Bolsa de Valores de São Paulo, caiu 0,51% e o dólar, 0,01%, cotado a R\$ 5,67.

"No que concerne à Previdência, é uma grande conta crescente do governo e essa conta só tende a aumentar, em função da redução da taxa de natalidade, aumento da expectativa de sobrevida"
Felipe Diniz Leroy, consultor na Leroy Associados

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6611/08-11-2024.html?all=1>

Ajuste necessário para conter escalada - BRASIL EM FOCO

MARCÍLIO DE MORAES

A decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de elevar a taxa básica de juros de 10,75% ao ano para 11,25% ano, acelerando o aperto monetário e as projeções do mercado financeiro de que o atual ciclo de altas se encerre com a Selic a 13,25%, um patamar registrado em setembro do ano passado, mostram que o governo precisa efetivamente promover um corte de gastos que equilibre o orçamento.

O governo deve anunciar o ajuste orçamentário para permitir o equilíbrio nas contas públicas. Em agosto, o corte proposto pelos ministros da área econômica era de R\$ 26 bilhões. O valor já pode não ser este e além disso, o próprio aumento da taxa de juros pressiona, até porque o aumento dos juros pressiona o custo do refinanciamento da dívida pública e impacta o déficit nominal, que inclui a despesa com o serviço da dívida.

Na visão do mercado cabem medidas como a desvinculação dos benefícios da **Previdência Social** do salário mínimo, o que vai imputar sobre a parcela da população que dependem desses recursos parte do ônus de solucionar o problema do déficit público, Essa medida, no entanto, não será adotada pelo governo, que já garantiu que o corte de despesas não tocará em nenhum direito.

Vai restar então ao governo apresentar ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição para mudar a regra constitucional para despesas, como educação, saúde e outras, para que haja espaço no orçamento para ajustes. A intenção é atrelar algumas despesas à regra de correção do arcabouço fiscal. Pelo arcabouço há um limite para as despesas que não podem subir mais do que 70% da alta da receita e também não pode avançar mais do que 2,5% por ano acima da **inflação**.

A discussão se arrasta porque o governo não quer cortar gastos sociais e não está convencido de que uma vez feito o ajuste agora haverá uma acomodação no mercado, com a desvalorização do dólar frente ao real, o que levará a uma menor pressão inflacionária e consequentemente a uma taxa de juros mais baixa. Mas não há como saber e o ajuste é necessário. Com ele o ganho pode não ser significativo, mas sem ele o quadro pode piorar consideravelmente.

Ainda é incerto o impacto da eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos. A expectativa é de que ele avance em incentivos à economia, com maior liquidez e mais dólares circulando, o que deprecia a moeda por um lado e por outro impondo tarifas a produtos oriundos, principalmente da China, mas não somente, o que pode interferir nas cadeias de produção e gerar **inflação** no país, obrigando o Fed a elevar os juros e levando investidores a apostar em títulos norte-americanos.

Com o dólar se aproximando de R\$ 6 - ontem ficou próximo a R\$ 5,70 -, o impacto sobre a **inflação** pode se tornar permanente num cenário de mercado de trabalho aquecido e salários em alta, o que permite aumentos nos preços dos serviços e dos alimentos, cujas altas podem acelerar empurradas também por problemas climáticos. No ano, a divisa norte-americana já acumula uma alta da ordem de 20%.

Isso significa aumento dos importados e dos produtos com cotação em dólar e também pressão sobre os preços dos combustíveis. O que parece incomum agora é que diante dessa pressão do câmbio, o Banco Central esteja inerte, sem realizar nenhum leilão para conter o avanço da moeda norte-americana. Com isso, a única chave para inverter a lógica de dólar caro, mais **inflação** e mais juros é o ajuste das contas públicas. Por mais que o presidente Lula e o PT resistam, o corte de despesas para equilibrar o orçamento é necessário.

**

CARTÕES

R\$ 1 trilhão

Foi o valor das compras feitas com cartões de crédito, débito e pré-pagos no terceiro trimestre deste ano, de acordo com dados da Abecs

**

VAREJO

Pesquisa realizada pela IPC Maps, especializada em potencial de consumo dos brasileiros, mostra que as despesas das famílias brasileiras no varejo deverão

chegar a R\$478,1 bilhões até o fim deste ano, com crescimento de 9,2% sobre 2023. Apenas a categoria vestuário responderá por R\$ 163,9 bilhões.

Já entre os estados o destaque é São Paulo, com R\$ 127 bilhões.

**

OTIMISMO

O brasileiro é um otimista por natureza. Pelo menos 79% da população afirma que a vida pessoal e familiar está melhor este ano do que estava em 2023 e 72% avaliam que o país melhorou, segundo levantamento do Radar Febraban. A pesquisa ouviu 2mil pessoas entre 15 e 23 de outubro. Por outro lado, a **inflação** continua sendo uma preocupação para 77% dos entrevistados.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Lupi é o patinho feio do ajuste fiscal - ENTRELINHAS

LUIZ CARLOS AZEDO

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi (PDT), está com um pé fora do governo por causa do ajuste fiscal. Disse o ministro trabalhista que não tem como ficar na Esplanada se houver cortes em direitos da Previdência. Entrou em rota de colisão com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas conta com a solidariedade de outros ministros que estão na alça de mira da equipe econômica.

Ontem, houve mais reuniões no Palácio do Planalto para debater o pacote fiscal. Enquanto o governo não encontra uma saída para o rombo nas contas, o mercado especula e o Copom sobe a taxa de juros. Duas reuniões com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma pela manhã e outra à tarde, não chegaram a uma conclusão. Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, estão praticamente isolados na equipe.

Ambos se digladiam com os ministros da Casa Civil, Rui Costa; Educação, Camilo Santana; Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; Saúde, Nísia Trindade; Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; e Comunicação Social, Paulo Pimenta. O vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é ministro da Indústria e Comércio, tende a apoiar Haddad e Tebet. Lupi defende que os cortes devem mirar os devedores, a sonegação e as isenções indevidas, mas não tem como dar respostas ao problema imediato: o governo apresentou

déficit primário de R\$ 105,2 bilhões nas contas públicas no acumulado de janeiro a setembro de 2024. Houve uma piora em relação ao mesmo período de 2023, quando o saldo negativo foi de R\$ 94,3 bilhões em valores nominais - variação de 11,6%.

O ministro da Previdência virou o patinho feio da Esplanada. As contas da **Previdência Social** fecharam o mês de setembro com um rombo de R\$ 26,2 bilhões. No acumulado até agosto, o déficit já somava R\$ 239,6 bilhões - um aumento de 1,5% em relação a 2023. Com o salto registrado em setembro, no entanto, a comparação piorou. Agora, 2024 tem um resultado 3,1% pior que o ano anterior.

O rombo na Previdência tem grande peso no balanço das contas do governo federal, que inclui também o

Tesouro Nacional e o Banco Central. O déficit das contas do governo chegou perto de R\$ 100 bilhões. O valor equivale ao déficit da Previdência de R\$ 239,6 bilhões mais o do Banco Central, de aproximadamente R\$ 700 milhões, menos o saldo positivo do Tesouro, que foi R\$ 140,3 bilhões no período. Ou seja, a Fazenda enxuga o gelo.

Lupi estrila porque há propostas de mudanças nos reajustes do salário mínimo e das aposentadorias. "Pessoalmente sou contra, e tenho certeza de que o presidente Lula também", disse. A proposta do ministro é reduzir os gastos combatendo fraudes e benefícios indevidos: "Estamos fazendo uma economia grande conferindo gente que não tem mais direito à licença por doença. Se um cara teve uma doença e se curou, como continua tendo licença? O grande desafio da Previdência é que mais da metade dos nossos pedidos são de auxílio-doença. O Brasil está doente assim?", questiona.

emendas parlamentares

O governo central registrou déficit primário de R\$ 5,3 bilhões no último mês de setembro. O resultado é bastante inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior, quando houve um superavit de R\$ 11,6 bilhões, em valores nominais, e surpreendeu negativamente os técnicos do Ministério da Fazenda, que projetavam déficit de R\$ 2 bilhões. De acordo com o Tesouro, um dos principais fatores que influenciaram o déficit do RGPS do mês de setembro foi o pagamento antecipado de R\$ 4,3 bilhões em precatórios federais destinados à recuperação do Rio Grande do Sul, que seriam realizados apenas em 2025.

Também houve um crescimento real de R\$ 1,1 bilhão nas despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC) pelo regime de Renda Mensal Vitalícia (rMv), que, de acordo com o governo, é resultado direto do aumento do número de beneficiários, além do aumento do salário-mínimo, que passou de R\$ 1.302 para R\$ 1.412 nesse período. Mexer nisso aí é um vespeiro. O orçamento é engessado pelas despesas vinculadas, pelos juros da dívida pública e, mais recentemente, pelos parlamentares que mordem fatias cada vez maiores dos recursos com emendas orçamentárias.

A Câmara dos Deputados nesta semana deu sinais de que não pretende reduzir o valor das emendas: R\$ 50,5 bilhões aos deputados e senadores em 2025, praticamente o mesmo valor deste ano, sem atender às condições impostas pelo ministro do Supremo Tribunal federal (STF) Flávio Dino para garantir transparência e razoabilidade às emendas. As emendas individuais e de bancada, de execução obrigatória, continuarão a crescer. A diferença é que, a partir de 2026, seguirão o arcabouço fiscal, que garante um aumento real, ou seja, acima da inflação, de 2,5%.

Quanto às emendas Pix, os autores deverão indicar o objeto e o valor das indicações, dando preferência a obras inacabadas de estados e municípios, mas sem exigência de cronograma de execução nem assinatura de convênio para o envio dos recursos. Agora, a proposta de emendas aprovada na Câmara, por 330 votos favoráveis e 74 contrários, será submetido ao Senado. Quanto ao déficit deste ano, o Congresso quer liberar os R\$ 17,5 bilhões bloqueados pela decisão de Dino, na próxima semana.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Será retomada hoje reunião para definir cortes de despesas

Após um dia inteiro de discussões, a reunião, ontem, para finalizar o pacote de corte de gastos foi interrompida. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomará as conversas com os ministros às 14h de hoje, no Palácio do Planalto.

Segundo a assessoria do Ministério da Fazenda, o ministro Fernando Haddad cancelou a viagem para São Paulo prevista para a noite de ontem. Ele permanecerá em Brasília hoje, conduzindo as discussões.

A reunião começou por volta das 9h30min e foi suspensa para o almoço. O presidente e os ministros retomaram o encontro por volta das 16h45min e interromperam as discussões no início da noite, por volta das 18h.

Segundo a agenda oficial do presidente da República, além de Haddad, estavam presentes os seguintes ministros: Geraldo Alckmin (vice-presidente e titular da Indústria e Comércio, que só participou da segunda parte), Rui Costa (Casa Civil), Camilo Santana (Educação), Luiz Marinho (Trabalho), Nísia Trindade (Saúde), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Paulo Pimenta (Secom).

Congresso Inicialmente, o pacote de corte de gastos obrigatórios estava previsto para ser concluído ontem. Haddad tinha informado que as medidas poderiam ser anunciadas, após reunião de Lula com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para apresentar as medidas a serem enviadas ao Congresso. Segundo Haddad, o fechamento do pacote dependia de dois "detalhes" a serem decididos por Lula.

O ministro explicou que o pacote será composto de uma proposta de emenda à Constituição e de um projeto de lei complementar.

Entre as propostas aventadas, estaria a de que o governo avalia impor um limite de aumento real (acima da **inflação**) de 2,5% por ano para as despesas obrigatórias, colocando o mesmo limite do teto do arcabouço fiscal. Uma proposta nesse sentido foi incluída em dois projetos de lei do Congresso para as emendas parlamentares.

O governo também estudaria estabelecer o mesmo

limite para os pisos de saúde e educação e outros gastos obrigatórios.

Desmentido Na tarde de ontem, o Ministério da Fazenda negou informações sobre a suposta análise de duas medidas fiscais, uma de R\$ 15 bilhões, relacionada às áreas de saúde e transporte, e outra de R\$ 10 bilhões. Segundo a pasta, tal informação não corresponde ao que vem sendo debatido entre a equipe econômica, demais ministérios e a Presidência da República.

Após o desmentido, o dólar, que vinha subindo durante a tarde, anulou a alta. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,675, estável, com pequena alta de 0,02%. _

Piratini prioriza reconstrução do RS

Após a publicação de reportagem de ZH que trata de mudança de cenário no MDB com avaliação de candidatura tucana ao Piratini em 2026, o governador Eduardo Leite afirmou ontem que "a prioridade absoluta do governo é a reconstrução do nosso Estado, tema no qual o vice-governador Gabriel Souza tem papel fundamental, tanto que é o presidente do Conselho do Plano Rio Grande".

- Trata-se de uma missão muito importante para a participação da sociedade no processo da reconstrução. Gabriel é o candidato natural à sucessão. Entretanto e no momento oportuno, o tema será tratado em conjunto com toda a base do governo -acrescentou Leite.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20241108&edicao=30527>

Secretário prevê superávit em dia de anúncio de déficit

Brasília - O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse ontem que dados preliminares do governo indicam um superávit de quase R\$ 40 bilhões no mês de outubro, resultado que, se confirmado, reduz o déficit acumulado no ano e aproxima as contas públicas da meta fiscal de 2024. Também ontem, o Tesouro anunciou os dados de setembro, mês em que o governo central registrou um déficit de R\$ 5,3 bilhões. Foi o pior resultado para o mês desde 2020, quando a pandemia de COVID-19 provocou um rombo de R\$ 98,8 bilhões, em valores já atualizados pela **inflação**.

No acumulado do ano, o resultado negativo de R\$ 105,2 bilhões também é o pior desde 2020, quando o déficit ficou em R\$ 887,8 bilhões para o mesmo período. Nesse contexto, a sinalização antecipada do secretário sobre os dados de outubro é uma tentativa de apontar para uma melhora do cenário fiscal no curto prazo.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa entregar um déficit de até R\$ 28,8 bilhões, limite da margem de tolerância da meta, cujo alvo central é zero. Nas contas de Ceron, o desempenho das contas em outubro deve reduzir o déficit acumulado para algo em torno de R\$ 70 bilhões. Desse valor, R\$ 14 bilhões são créditos extraordinários ligados à calamidade do Rio Grande do Sul, que ficam fora da meta fiscal. Sendo assim, o resultado já estaria em um déficit menor que R\$ 60 bilhões, disse o secretário. "Temos novembro e dezembro para atingir essa diferença (em relação ao limite de R\$ 28,8 bilhões). Mas só para mostrar que (o cenário) está bem mais favorável", afirmou.

Segundo Ceron, o saldo de outubro foi impulsionado pelo ingresso de receitas extraordinárias, mas não detalhou quais. Recentemente, o governo obteve o aval do Congresso Nacional para incorporar recursos que estavam parados em depósitos judiciais ou no SVR (Sistema de Valores a Receber), do Banco Central. Os dados finais das contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) do mês de outubro só devem ser divulgados no início de dezembro - o habitual seria no fim de novembro, mas a greve dos servidores do órgão tem provocado atrasos no calendário.

Os auditores de finanças e controle reivindicam

reajustes salariais e que o governo desista de reformular a estrutura da carreira, alongando o número de degraus até o topo e reduzindo as remunerações de entrada. Até agora não houve acordo. Diante dos atrasos, já houve ocasiões em que o Banco Central, órgão responsável pelas estatísticas oficiais de finanças públicas, acabou anunciando os resultados antes do Tesouro Nacional. Desta vez, porém, até o BC adiou a divulgação.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Governo central tem déficit de R\$ 5,3 bilhões

As contas do governo central - conceito que engloba o Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - registraram déficit primário de R\$ 5,3 bilhões em setembro. O resultado, divulgado ontem pelo Tesouro, veio em linha com as expectativas do mercado financeiro, cuja previsão mediana apontava para um déficit de R\$ 5,20 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast.

No acumulado do ano até setembro, o déficit está em R\$ 105,2 bilhões, o pior resultado desde 2020. Em igual período do ano passado, o número era de déficit de R\$ 94,3 bilhões, em termos nominais. As despesas totais subiram 1,4% (R\$ 2,3 bilhões) em setembro, já descontada a inflação, enquanto as receitas tiveram queda de 4,8%.

Já em 12 meses até setembro, o governo central apresenta déficit de R\$ 245,8 bilhões, equivalente a 2,12% do **PIB**. Desde janeiro, o Tesouro tem informado a relação do volume de despesas em relação ao **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos.

Assim, nesse período dos últimos 12 meses, as despesas obrigatórias somaram 18,3% do **PIB**, enquanto as discricionárias do Executivo alcançaram 1,8%.

Para 2024, o governo persegue duas metas. Uma é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do **PIB**), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria um déficit de até R\$ 28,8 bilhões. A outra é de limite de despesas, que é fixo em R\$ 2,089 trilhões neste ano. No último relatório de avaliação de receitas e despesas, de setembro, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou déficit de R\$ 28,3 bilhões nas contas deste ano.

Acumulado De janeiro a setembro, o déficit está em R\$ 105,2 bilhões, o pior resultado desde 2020

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo tem déficit de R\$ 105,2 bi até setembro

BERNARDO LIMA

As contas do governo federal registraram um déficit de R\$ 105,2 bilhões no acumulado entre janeiro e setembro, divulgou ontem o Tesouro Nacional, o que significa um resultado 11,5% pior em relação a igual período do ano passado, quando foi registrado rombo e R\$ 94,3 bilhões. É o déficit mais levado para os primeiros 9 meses do ano desde 2020.

O déficit acontece quando as despesas do governo são maiores que suas receitas com **tributos** e **impostos**. Segundo o Tesouro, descontada a **inflação**, entre janeiro e setembro a receita líquida registrou aumento de 6,4%, enquanto a despesa cresceu 6,5%. Gastos com a **Previdência Social** e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foram algumas das despesas que mais subiram no período.

O resultado do acumulado deste ano foi puxado por um superávit de R\$ 160,6 bilhões do Tesouro e do Banco Central e por um déficit de R\$ 265,8 bilhões no Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS).

Em setembro, as contas do governo tiveram déficit de R\$ 5,3 bilhões.

Em uma tentativa de destacar melhora de resultados no curto prazo, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que dados preliminares indicam superávit de quase R\$ 40 bilhões em outubro.

Esse resultado, se confirmado, reduz o déficit acumulado no ano e aproxima as contas públicas meta fiscal de 2024.0 desempenho se deve, segundo o Tesouro, a receitas extraordinárias.

A meta é zerar o rombo das contas públicas neste ano. Pelas regras estabelecidas no arcabouço fiscal, a meta será considerada cumprida mesmo que o resultado fique negativo em até R\$ 28,8 bilhões.

- O resultado acumulado (até outubro) está um pouco abaixo de R\$ 70 bilhões (de déficit) com os créditos extraordinários. Então, agente está cada vez mais próximo de atingir esse objetivo (meta fiscal) se tiver um bom desempenho em novembro e dezembro - disse Ceron.

Desse valor, R\$ 14 bilhões são créditos

extraordinários ligados às chuvas no Rio Grande do Sul.

Os recursos dos chamados créditos extraordinários ficam fora do cálculo da meta fiscal pois decorrem de necessidades imprevisíveis, embora piorem o resultado da dívida pública. Os dados finais das contas de outubro só devem ser divulgados no início de dezembro - o habitual seria no fim de novembro. O Tesouro tem atrasado divulgação de informações em razão da greve dos servidores do órgão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Superagência reguladora não é consenso no governo, diz Renan Filho

Rafael Bitencourt De Brasília

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou nesta quinta-feira que a ideia de alterar o marco legal das agências reguladoras (Lei 13.848/19) com a previsão de criar uma instância superior para supervisionar a atuação desses órgãos, não é consenso no governo.

"A alteração da Lei das Agências não conta com o apoio de todos no governo", afirmou o ministro ao participar do evento "MoveInfra: 30 anos da Lei de Concessões".

Renan Filho comentou que já teve conversas sobre o tema com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o secretário especial do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Marcus Cavalcanti. Disse que ainda deve falar com o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

"Queria colocar aqui publicamente a minha posição pessoal já dizendo que eu não gosto [da ideia] de ter uma superagência, que exige um superdiretor", disse o ministro. Para o ministro, é difícil imaginar que um "superdiretor-geral da superagência que regula todas as agências do Brasil" tendo que regular ao mesmo tempo a política pública da Ancine (audiovisual), da Antaq (portos), da Anac (aviação civil), da ANTT (rodovias e ferrovias), da Aneel (energia elétrica) e ANP (petróleo e gás).

"Uma superagência capaz de regular isso tudo me lembra a última tentativa mal-sucedida que foi tentar colocar todos os problemas do Brasil a cargo do "posto Ipiranga". Esse não deu muito certo", ironizou Renan Filho, ao fazer referência à forma como o ex-presidente Jair Bolsonaro chamava o então ministro Paulo Guedes. Naquela época, a pasta da Economia assumiu as atribuições do próprio Ministério da Fazenda e de mais quatro órgãos da Esplanada: Planejamento, Gestão e Inovação, Trabalho, **Previdência Social** e Desenvolvimento.

Os rumores sobre a criação de uma nova instância de comando para os órgãos reguladoras ganharam força quando o governo manifestou insatisfação com a resposta da Aneel às falhas no serviço de energia e demora no restabelecimento do fornecimento na Grande São Paulo, em outubro. Antes disso, o ministro

de Minas e Energia, Alexandre Silveira, já havia feito ameaças de intervir no órgão se não fossem regulamentadas medidas tomadas pelo ministério para o setor.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva já criticou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pelo atraso na análise e liberação de medicamentos. A agência se encarregou de rebater as declarações, em posicionamento oficial, alegando que há limitações relacionadas à falta de reposição de servidores e ao corte no orçamento.

A iniciativa do governo estimulou a movimentação de parlamentares que criticavam a atuação das agências e já tentaram derrubar normas aprovadas. Este foi o caso do deputado federal Danilo Forte (União-CE), que apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para dar às comissões da Câmara o poder de fiscalizar a atuação das agências.

Representantes dos setores regulados têm criticado as posturas assumidas tanto do governo federal quanto do Congresso de questionar o trabalho das agências reguladoras. Eles defendem que o enfraquecimento dos órgãos reguladores gera insegurança jurídica nesses segmentos de mercados e afasta investidores.

Agências Aneel e Anvisa sofreram críticas recentes de membros do governo Lula

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4>

Rombo da Previdência aumenta quase 20% em setembro, diz governo

G1

As contas da **Previdência Social** fecharam o mês de setembro com um rombo de R\$ 26,2 bilhões, segundo dados do ministério obtidos pela TV Globo.

Isso significa que o governo federal gastou bem mais, para pagar aposentadorias e pensões, do que conseguiu arrecadar para bancar esses benefícios.

Com o resultado de setembro, o deficit da Previdência no ano acelerou: ficou quase 20% maior do que no mesmo mês do ano passado, que foi de R\$ 21,9 bilhões. A comparação é em termos reais, ou seja, já desconta o impacto da **inflação** do período.

Os dados do Ministério da **Previdência Social** se referem ao chamado "regime geral", que inclui aposentadorias, pensões e benefícios de trabalhadores do setor privado.

O rombo da Previdência é o principal item nas despesas das contas federais.

Os números revelam a dificuldade do governo de controlar gastos obrigatórios, especialmente com aposentadorias, em meio à pressão para fazer ajuste fiscal.

O governo prepara um pacote de medidas para tentar manter de pé o arcabouço fiscal, ou seja, as regras atuais que regem as contas públicas. Sem elas, cresce a percepção do mercado de descontrole fiscal e aumento no endividamento.

No acumulado até agosto, o deficit já somava R\$ 239,6 bilhões - um aumento de 1,5% em relação a 2023.

Com o salto registrado em setembro, no entanto, a comparação piorou. Agora, 2024 tem um resultado 3,1% pior que o ano anterior.

Procurado, o Ministério da Previdência não respondeu aos questionamentos do g1 sobre os motivos para esse deficit.

O rombo na Previdência tem grande peso no balanço das contas do governo federal, que inclui também o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Historicamente, a Previdência puxa esse resultado para o negativo, enquanto o Tesouro Nacional tende a ter um resultado positivo.

Até agosto, o rombo de todo o governo federal chegou a quase R\$ 100 bilhões. O valor equivale ao deficit da Previdência de R\$ 239,6 bilhões mais o do Banco Central, de aproximadamente R\$ 700 milhões, menos o saldo positivo do Tesouro, que foi R\$ 140,3 bilhões no período.

A meta do governo federal é que o balanço entre Previdência, Tesouro e Banco Central possa ficar mais perto do equilíbrio em 2024.

O Ministério da Fazenda projeta que irá encerrar o ano com as contas no vermelho, mas dentro da margem permitida pelo arcabouço fiscal. Isso significa reduzir o rombo que atualmente está em cerca de R\$ 100 bilhões para no máximo R\$ 28,3 bilhões.

Para atingir essa meta, o governo espera arrecadar mais nos últimos meses do ano e também retirar alguns gastos da conta, como as despesas para recuperação do Rio Grande do Sul após as enchentes.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6378>

Confira as datas de pagamento do 13º de empregados domésticos, babás e cuidadores

Gustavo Gonçalves

Empregadores têm até o dia 30 de novembro para pagar a primeira parcela do 13º salário dos trabalhadores domésticos. O pagamento do benefício deve ser feito pelo eSocial, sistema do governo federal, que é acessado por meio do login e senha do Gov.br.

A segunda parcela tem como prazo máximo o dia 20 de dezembro. Se optar por pagar o 13º salário de uma só vez, o empregador precisa fazer isto até o final de novembro.

Caso o empregado deseje receber a gratificação junto com as férias, deve solicitar por escrito entre fevereiro e novembro. Se não houver solicitação, cabe ao empregador decidir sobre a antecipação.

Horas extras e adicionais, como o noturno, devem ser incluídos no cálculo do 13º. Mario Avelino, presidente da ONG Doméstica Legal, afirma que o eSocial não inclui esses valores automaticamente, então o empregador deve somá-los ao salário-base manualmente.

"Esses erros, comuns por falta de conhecimento, podem impactar valores de férias e rescisões futuras", diz Avelino.

Em dezembro, o empregador deve emitir duas guias no eSocial: uma para o salário do mês e outra para o 13º. Segundo Avelino, um erro frequente é o empregador confundir as duas e achar que já pagou tudo.

Para Dercylete Lisboa, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente na SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho), muitos empregadores não se enxergam como responsáveis pelas obrigações trabalhistas de seus empregados domésticos. "Hoje, estamos mais estruturados para fiscalizar e cobrar o cumprimento dessas obrigações, inclusive o pagamento do 13º salário", diz.

O empregador que não quitar o 13º pode ser denunciado e multado. Esse valor vai diretamente para o governo.

Segundo os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por

Amostra por Domicílio) de dezembro de 2023, o Brasil possui cerca de 6 milhões de empregados domésticos. Todo trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada tem direito ao 13º.

Diaristas, que trabalham menos de dois dias por semana para o mesmo empregador, não se enquadram como domésticos e, portanto, não têm direito ao 13º salário.

Entre os trabalhos que se enquadram como emprego doméstico estão: acompanhante de idosos, arrumadeira, assistente doméstico, assistente pessoal, babá, cozinheira, cuidador de criança, dama de companhia, empregada doméstica, enfermeira, faxineira, jardineiro, lavadeira, motorista, passadeira.

O 13º equivale a 1/12 do salário para cada mês trabalhado. Para quem faz horas extras ou trabalha no período noturno, é necessário calcular a média anual dessas remunerações para incluir na gratificação. A média deve considerar as horas extras somadas no ano, divididas pelos meses trabalhados.

Sobre a primeira parcela do 13º incidem 8% de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e uma antecipação da multa de 3,2%. Na segunda parcela, além dos já citados, somam-se os descontos do **INSS**, além do seguro de acidente de trabalho (GILRAT) a uma taxa de 0,8%, calculada sobre o total das duas parcelas do 13º.

Acesse o sistema: Entre no sitedo eSocial doméstico e faça seu login .

Vá para a folha de pagamento: No menu, clique em "Folha de Pagamento" e depois em "Dados de folha de pagamento".

Selecione o ano: Escolha o ano atual para visualizar e registrar o pagamento.

Adicione o adiantamento do 13º salário: Clique no cadastro do empregado doméstico e selecione "Adicionar outros vencimentos/pagamentos". Na aba de "Pagamentos", escolha "13º Salário - Adiantamento". Use a rubrica de número 1800 para preencher o valor da primeira parcela. Em seguida, salve.

O eSocial também tem um canal de apoio para tirar dúvidas por telefone: 0800-7300888.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/confira-as-datas-de-pagamento-do-13o-de-empregados-domesticos-babas-e-cuidadores.shtml>

Confira as datas de pagamento do 13º de empregados domésticos, babás e cuidadores

Gustavo Gonçalves

Empregadores têm até o dia 30 de novembro para pagar a primeira parcela do 13º salário dos trabalhadores domésticos. O pagamento do benefício deve ser feito pelo eSocial, sistema do governo federal, que é acessado por meio do login e senha do Gov.br.

A segunda parcela tem como prazo máximo o dia 20 de dezembro. Se optar por pagar o 13º salário de uma só vez, o empregador precisa fazer isto até o final de novembro.

Caso o empregado deseje receber a gratificação junto com as férias, deve solicitar por escrito entre fevereiro e novembro. Se não houver solicitação, cabe ao empregador decidir sobre a antecipação.

Horas extras e adicionais, como o noturno, devem ser incluídos no cálculo do 13º. Mario Avelino, presidente da ONG Doméstica Legal, afirma que o eSocial não inclui esses valores automaticamente, então o empregador deve somá-los ao salário-base manualmente.

"Esses erros, comuns por falta de conhecimento, podem impactar valores de férias e rescisões futuras", diz Avelino.

Em dezembro, o empregador deve emitir duas guias no eSocial: uma para o salário do mês e outra para o 13º. Segundo Avelino, um erro frequente é o empregador confundir as duas e achar que já pagou tudo.

Para Dercylete Lisboa, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente na SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho), muitos empregadores não se enxergam como responsáveis pelas obrigações trabalhistas de seus empregados domésticos. "Hoje, estamos mais estruturados para fiscalizar e cobrar o cumprimento dessas obrigações, inclusive o pagamento do 13º salário", diz.

O empregador que não quitar o 13º pode ser denunciado e multado. Esse valor vai diretamente para o governo.

Segundo os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por

Amostra por Domicílio) de dezembro de 2023, o Brasil possui cerca de 6 milhões de empregados domésticos. Todo trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada tem direito ao 13º.

Diaristas, que trabalham menos de dois dias por semana para o mesmo empregador, não se enquadram como domésticos e, portanto, não têm direito ao 13º salário.

O 13º equivale a 1/12 do salário para cada mês trabalhado. Para quem faz horas extras ou trabalha no período noturno, é necessário calcular a média anual dessas remunerações para incluir na gratificação. A média deve considerar as horas extras somadas no ano, divididas pelos meses trabalhados.

Sobre a primeira parcela do 13º incidem 8% de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e uma antecipação da multa de 3,2%. Na segunda parcela, além dos já citados, somam-se os descontos do **INSS**, além do seguro de acidente de trabalho (GILRAT) a uma taxa de 0,8%, calculada sobre o total das duas parcelas do 13º.

O eSocial também tem um canal de apoio para tirar dúvidas por telefone: 0800-7300888.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/confira-as-datas-de-pagamento-do-13o-de-empregados-domesticos-babas-e-cuidadores.shtml>

Contratações de servidores vão mudar

Liberação do regime CLT não vai acabar com os concursos e, ainda que sem estabilidade, será necessário haver justificativa para demitir Francisc Spinassc Rodrigo Péret O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional uma emenda à Constituição que permite a contratação de **servidores públicos** pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem a garantia de estabilidade.

Mas afinal, o que isso significa? Especialistas ouvidos pela reportagem explicam o que muda nas contratações e nos concursos com nova decisão do STF.

O advogado e professor de Direito Constitucional e Administrativo na FDV, Diego Pimenta Moraes, explicou que a decisão retira a obrigatoriedade de um regime único na contratação de servidores.

"Isso não significa que todos vão mudar a forma de contratação. Mas que há a possibilidade dos entes políticos não terem mais um único regime. Dessa forma, eles vão poder ter um regime estatutário, em conjunto com um regime celetista".

Ele reforçou, no entanto, que as regras só valerão para novos concursos públicos, que vão continuar acontecendo no caso dos dois regimes de contratação.

"Um aspecto importante é que o Supremo afirmou não ser possível a mudança dos regimes dos atuais servidores, ou seja, os atuais servidores que são estatutários vão permanecer como estão".

Ele ainda salientou que o servidor celetista não tem estabilidade, assim como acontece na iniciativa privada, no entanto, tem direitos como 13º salário, FGTS e seguro-desemprego.

O advogado Guilherme Machado destacou que não são todos os cargos que poderão ser contratados pelo regime celetista.

"Carreiras típicas de Estado não podem mudar, tais como do Ministério Público da União, juiz, promotor, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Tribunal de Contas, diplomacia, entre outros", frisou.

Explicou, ainda, que embora não exista estabilidade para os celetistas - com demissão de maneira simplificada - no caso do serviço público, o desligamento ainda precisará ser motivado por um

fato.

O advogado João Eugênio Mo- denesi Filho ressaltou que quem já está aprovado em concurso não vai ser afetado pela decisão.

"A demissão de um servidor não vai ser uma coisa tão fácil assim como na iniciativa privada. Vai ser mais próximo de como é em algumas empresas de economia mista, onde para a pessoa ser demitida, terá de depender de uma série de fatores". decisão do STF?

O Supremo validou a flexibilização do formato de contratação de funcionários públicos. Na prática, a decisão acaba com a obrigatoriedade do regime jurídico único, passando a permitir a adoção de outros modelos, como a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

2 Por que a mudança de entendimento?

O plenário do STF declarou a cons- titucionalidade de trecho da Reforma Administrativa, de 1998. que suprimiu a obrigatoriedade de regimes jurídicos únicos e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas federais, estaduais e municipais.

Os ministros julgaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta por partidos políticos em 2000, questionando a regra da Reforma.

Em 2007, essa flexibilização foi suspensa por decisão liminar da Corte, que estava em vigor desde 1998.

3 Por que a contratação no País de servidores se dava, geralmente, em regime estatutário até então?

O texto original do artigo 39 da Constituição Federal de 1988 previa que cada ente da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) deveria instituir, no âmbito de sua competência. regime jurídico único e planos de carreira para seus **servidores públicos**, unificando a forma de contratação (estatutária), e os padrões de remuneração (planos de carreira).

A emenda constitucional de 1998 alterou isso, mas estava suspensa desde 2007.

4 A decisão vale para concursos em curso ou com provas realizadas?

Não. A decisão só valerá para futuros concursos. Os editais, quando forem publicados, passarão a informar qual será o regime de contratação, fazendo com que os candidatos saibam desde o início quais serão os seus direitos e deveres.

Assim como no texto da Constituição que determinava que a definição do regime jurídico único era competência de cada ente da federação - como União, estados, Distrito Federal e municípios -, caberá às mesmas esferas decidirem qual regime é melhor para cada tipo de cargo.

5 Os **servidores públicos** podem ter seu regime de contratação modificado?

Não. O Supremo determinou que não é possível fazer a chamada transmutação dos regimes dos atuais servidores, ou seja, os atuais servidores que são celetistas ou são estatutários precisam permanecer como estão.

Então se a administração pública resolver fazer qualquer tipo de modificação, essa só valerá para os novos cargos.

6 Para contratação de servidores pela CLT, ainda é preciso fazer concurso?

Sim. A decisão do STF não muda em nada a obrigatoriedade da realização das seleções públicas. O ingresso para cargos e empregos públicos continua sendo por meio de concurso. A diferença é que no edital, os órgãos públicos terão que escolher entre os regimes de contratação já no edital.

7 Qual a diferença dos **servidores públicos** estatutários e celetistas?

No caso do servidor estatutário ele tem vínculo firmado com a administração pública por meio de estatuto funcional.

Cada ente político, por exemplo, municípios, estados e União, podem, por meio de lei, estabelecer toda a relação de trabalho que eles vão ter. Nesse caso, os servidores têm estabilidade. A decisão não muda em nada essas regras.

Já os trabalhadores celetistas são regido pela CLT, usado hoje principalmente pela iniciativa privada.

Nesse caso, os trabalhadores são protegidos por uma série de regras, como jornada diária máxima de oito horas, descanso semanal remunerado, férias, pagamento de hora extra, aviso prévio, licença-maternidade e paternidade, 13º salário, proteção contra demissão sem justa causa e seguro-

desemprego. Nesse caso, não há estabilidade.

8 Decisão significa o fim da estabilidade?

Não. Quem é servidor estatutário ou quem passar em concursos com vínculo estatutário continuará com a estabilidade. O que houve foi a extinção da obrigatoriedade de termos um único regime para **servidores públicos**

Quem já foi aprovado em um concurso público não vai ser afetado pela decisão do STF João Eugênio Modcnesi Filho, advogado

Para os atuais servidores estatutários, nada vai mudar com a decisão do STF

Diego Pimenta Moraes, advogado e professor na FDV

Entre as áreas que devem ter contratações de mais servidores por regime celetista estão cargos administrativos, da saúde e da Educação.

O presidente da Associação dos Municípios do Estado (Amunes) e prefeito de Ibatiba, Luciano Pingo, apontou que, em determinadas áreas, como saúde e educação, que lidam com demandas variáveis, a flexibilização pode representar uma alternativa para ajustes nas equipes e atendimento da população.

"Alcm dessas, setores de apoio administrativo e manutenção também podem adotar contratos celetistas, uma vez que são áreas onde a rotatividade e a flexibilidade são mais recorrentes".

Pingo ainda reforçou que a As- CfUSTWO MARTINS / AG PARA - 24/06 2018 CANDIDATOS em prova: seleção sociação acompanha de perto as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e as possíveis implicações da flexibilização nos regimes de contratação para os municípios.

"Estamos em diálogo com gestores e técnicos municipais para entender as especificidades locais e orientar as melhores práticas".

Ele avalia que a decisão do STF pode influenciar a expansão dessa modalidade em decisões administrativas futuras. "Isso deve acontecer especialmente para áreas que demandam maior flexibilidade contratual, sem abrir mão da qualidade dos serviços públicos e da transparência nos processos de contratação".

A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) informou que o governo do Estado conta com cerca de 250 servidores celetistas e que a maioria desses profissionais atua no Instituto de

Tecnologia da Informação e Comunicação (Prodest).

E esclarece que, pelo fato de a decisão do STF ter sido proferida recentemente, ainda não promoveu estudos sobre a possibilidade de realização de concursos nesse modelo de regime.

Na Prefeitura de Vitória, a Secretaria de Gestão e Planejamento informou que há 248 servidores celetistas, contratados antes da Constituição Federal de 1988.

Já em relação à decisão tomada ontem pelo STF quanto à contratação de servidores em regime celetista, como é uma decisão muito recente, a prefeitura ainda não possui previsão de realização de contratações seguindo o modelo.

Em Vila Velha hoje são 627 servidores celetistas, que podem ser demitidos caso cometam faltas (não têm estabilidade).

O município informou que já realiza contratações por regime da CLT, todavia, o fez por intermédio de Processo Seletivo Público.

Já em relação a realização de Concurso Público daqui para frente, salientou que ainda precede de um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Em áreas, como saúde e educação, que lidam com demanda variável, a flexibilização pode ser alternativa para ajustes nas equipes

Luciano Pingo, presidente da Amunes

9 Qualquer servidor pode ser contratado pela CLT?

Não. A Constituição Federal garante a contratação em regime estatutário para cargos da carreira jurídica como da magistratura (juizes), Defensoria Pública, Ministério Público (promotores e procuradores), Advocacia Pública; Além desses garantidos, há um entendimento que a contratação em regime celetista também não se aplique às chamadas carreiras de Estado, essenciais e estratégicas para o funcionamento da administração pública e que não podem ser exercidas pela iniciativa privada.

Entre elas: estão os cargos de fiscalização e Controle (como auditores das Receitas federal e estadual, do trabalho e dos Tribunais de Contas, além de analistas de Controle): cargos da Segurança Pública (como polícias Federal, Militar e Civil, Bombeiros e Guarda Municipal).

Também se enquadram outros casos como de diplomacia e da Gestão Pública (a exemplo de

analistas e técnicos que lidam com a formulação, análise e controle de políticas públicas), entre outros.

10 Na prática, o regime celetista deve ser adotado em novos concursos?

Especialistas apontam que alguns casos podem ser adotadas essas contratações, mas não de forma massiva inicialmente.

Entre 1998 e 2007, após a Reforma Administrativa, as administrações públicas podiam realizar as contratações celetistas. No entanto, não há histórico de muitas contratações de servidores celetistas nesse período. Os concursos, em sua maioria, continuaram a ser realizados no regime estatutário.

0 Advogado e Professor de Direito Constitucional e Administrativo na FDV, Diego Pimenta Moraes, destacou que o cenário naquela época era de não valorização das carreiras, então as contratações pelo regime estatutário era uma forma de atrair bons servidores. Hoje, segundo ele, o cenário é diferente.

11 Servidor celetista vai poder ser demitido sem justa causa?

No caso de quem é contratado via CLT, não existe estabilidade e a demissão pode ocorrer de maneira simplificada.

Todavia, a depender de concurso público, a demissão precisará ser motivada, ou seja, precisa ter uma motivação real, diferente da iniciativa privada que pode utilizar o poder potestativo e demitir sem qualquer motivação. É preciso entender, no entanto, que no direito administrativo esse fato não necessariamente precisa ser uma justa causa trabalhista.

Na prática, o empregado público pode ser demitido sem uma justa causa. Basta que seja apontada uma razão.

12 O contratado pela CLT tem direito a seguro-desemprego, FGTS e 13º salário?

Sim. O servidor celetista recebe todos os direitos previstos na CLT, incluindo a multa por demissão sem justa causa, 13º salário, entre outros direitos.

13 Os serviços públicos já contratam pela CLT?

A modalidade de contratação via CLT já acontece em empresas públicas, por exemplo. Apesar de não haver estabilidade, especialistas apontam que não é comum ter grande quantidade de demissões.

Há também servidores celetistas anteriores à

Constituição de 1988 e também contratados entre 1998 e 2007. Eles são minoria, no entanto.

Fonte: Especialistas consultados

No caso de contratação via CLT, não há estabilidade. Porém, ainda vai depender de concurso público

Guilherme Machado, advogado

Defesa de ações contra a desigualdade social

» **CAMILA CURADO** » **FERNANDA STRICKLAND** Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD -MG), defenderam a **regulação das tecnologias digitais e uma nova reforma tributária para o desenvolvimento social. As declarações foram dadas durante o segundo dia da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20, ontem, no Congresso. Pacheco citou a inteligência artificial e da internet das coisas como aliados no enfrentamento de novos desafios. Segundo ele, o Congresso tem trabalhado na regulamentação desse setor para trazer mais segurança jurídica. "Precisamos de uma infraestrutura digital eficiente, inclusiva e resiliente, que promova a conectividade global em prol da redução das desigualdades, tendo sempre como meta o desenvolvimento social centrado no ser humano", frisou. Lira destacou o compromisso da esfera legislativa brasileira em mitigar os efeitos da desig**

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD -MG), defenderam a regulação das tecnologias digitais e uma nova **reforma tributária** para o desenvolvimento social. As declarações foram dadas durante o segundo dia da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20, ontem, no Congresso.

Pacheco citou a inteligência artificial e da internet das coisas como aliados no enfrentamento de novos desafios. Segundo ele, o Congresso tem trabalhado na regulamentação desse setor para trazer mais segurança jurídica.

"Precisamos de uma infraestrutura digital eficiente, inclusiva e resiliente, que promova a conectividade global em prol da redução das desigualdades, tendo sempre como meta o desenvolvimento social centrado no ser humano", frisou.

Lira destacou o compromisso da esfera legislativa brasileira em mitigar os efeitos da desigualdade, citando a **reforma tributária**. "Estamos caminhando para um modelo de tributação mais simplificado, racional e justo, corrigindo uma oneração desproporcional sobre o consumo dos mais pobres e aumentando a previsibilidade para quem gera investimentos, empregos e oportunidades", disse.

A crise ambiental foi colocada em pauta pelo presidente da Câmara, que lembrou as inundações do Rio Grande do Sul, em maio, da seca na região amazônica, mostrando preocupação com o aumento da frequência de eventos climáticos extremos.

"A crise climática atinge a população de forma desigual.

Investimentos e responsabilidade na mitigação dos seus efeitos devem ser, portanto, repartidos de forma proporcional e justa", sustentou.

Ambos ressaltaram o fortalecimento do diálogo e da cooperação entre países como um dos caminhos para combater os desastres naturais e as desigualdades sociais.

O presidente do Senado encerrou sua fala com uma mensagem de esperança: "Quero com otimismo dizer a todos que estamos diante de uma oportunidade ímpar para a construção de um mundo melhor, mais inclusivo, justo, solidário e ambientalmente saudável".

Hoje, dia do encerramento do evento, os presidentes e representantes dos parlamentos de 23 países se despedem de Brasília.

A próxima parada será no Rio de Janeiro, em 18 e 19 de novembro, onde ocorrerá a 19ª reunião de cúpula do G20. Na reunião, o Brasil vai passar a presidência do grupo para a África do Sul, que receberá a edição de 2025.

G20 Social Também ontem, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, comentou sobre o G20 Social, que será realizado entre 14 e 16 de novembro, no Rio, antecedendo a reunião de líderes das maiores economias. Ele disse que um dos pontos centrais será a proposta de um imposto global sobre os super-ricos.

Esse imposto, com uma alíquota de 2%, focaria em uma pequena elite financeira global composta por cerca de três mil pessoas, cujas fortunas somam aproximadamente US\$ 15 trilhões.

Segundo o ministro, a arrecadação dessa taxa seria crucial para financiar ações de combate à fome e à pobreza, além de medidas para mitigar as mudanças climáticas.

"O imposto global de 2% não impactará a classe média nem as pequenas empresas, e, sim, um grupo muito reduzido de pessoas com grande poder econômico", explicou Macêdo.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/66>

[11/08-11-2024.html?all=1](#)

Os split payment no novo cenário tributário - OPINIÃO JURÍDICA

Rafael Borin é sócio do Rafael Pandolfo Advogados Associados, especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e especialista em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A **reforma tributária** trouxe muitas novidades e tem gerado diversas discussões no Brasil. Entre elas, um dos pontos que mais chama a atenção é o "split payment". Mas, afinal, o que significa essa expressão e como esse mecanismo pode afetar a vida dos brasileiros, especialmente de empresários e consumidores?

Em suma, o "split payment" (divisão de pagamento) é uma forma automática de recolhimento de **tributos** que se dará no momento do pagamento pelo serviço tomado ou mercadoria adquirida (liquidação financeira). Na prática, ao invés do vendedor receber todo o valor da operação e, posteriormente, pagar seus **impostos**, o valor do tributo é dividido de forma automática e enviado diretamente ao governo. Ou seja, o pagamento será segmentado entre o vendedor e o governo de forma imediata, no momento da compra.

Assim como todas as novidades, existem, nessa forma automática de pagamento, os pontos positivos e negativos. Um dos grandes benefícios do "split payment" é a redução da sonegação fiscal e fraudes. Com a adoção do mecanismo, o imposto é recolhido automaticamente, o que dificultará o inadimplemento ou atraso no seu recolhimento. Como consequência dessa maior eficiência na arrecadação, as alíquotas do IBS e CBS podem ser reduzidas, atingindo os objetivos constitucionalmente previstos, como simplicidade, transparência e justiça tributária.

Além disso, o mecanismo tem potencial de trazer maior simplicidade aos empresários, principalmente no que tange às obrigações tributárias. Com o recolhimento automático dos **impostos**, os empresários não precisarão mais se preocupar com o cálculo e pagamento dos **tributos** posteriormente, o que pode reduzir a burocracia e os erros nas declarações. Outro fator positivo é que, ao garantir o recolhimento automático dos **tributos**, o sistema pode trazer mais previsibilidade para o governo em relação à arrecadação, permitindo uma gestão orçamentária mais eficiente e planejada.

Por outro lado, o "split payment" também traz alguns desafios. O principal deles é o impacto no fluxo de caixa das empresas. Além do ingresso menor ao caixa, em razão da divisão imediata do tributo aos cofres públicos, pairam dúvidas quanto à efetiva utilização de créditos para quitar os débitos pela compensação, bem como os prazos para restituição. Essas incertezas podem prejudicar a saúde financeira das empresas, sobretudo as que operam com margens de lucro mais apertadas ou que dependem de um fluxo de caixa constante para sustentar suas atividades operacionais.

Outro ponto de atenção é a adaptação tecnológica necessária para implementar o "split payment". Para que esse mecanismo funcione, é preciso que todas as empresas estejam conectadas a uma rede de pagamento capaz de realizar essa divisão automaticamente. Isso pode gerar custos e dificuldades de adaptação, principalmente para pequenos comerciantes e empreendedores. Além dos custos iniciais para implementar os sistemas, também pode haver uma necessidade contínua de manutenção e atualização das tecnologias empregadas, o que pode gerar despesas adicionais.

A complexidade do sistema também pode exigir maior capacitação dos profissionais envolvidos na gestão financeira e fiscal das empresas, incluindo contadores e administradores, para que possam compreender plenamente o funcionamento do "split payment" e suas implicações. Dessa forma, o treinamento e a adaptação dos procedimentos internos tornam-se essenciais para garantir a conformidade e a eficiência no uso do novo sistema.

Em âmbito internacional, a experiência do "split payment" se mostra diversificada, havendo países que obtiveram, ainda que de forma parcial, algum sucesso com a implementação, enquanto outros não lograram êxito. Na Itália, por exemplo, o mecanismo foi adotado com o objetivo de combater a evasão fiscal, especialmente no setor público, e obteve resultados positivos em termos de aumento da arrecadação. Já em outros países, a falta de uma infraestrutura adequada ou de uma regulamentação eficaz dificultou a implementação e trouxe desafios adicionais.

Pensando na realidade brasileira, que é um país que

possui uma infraestrutura tecnológica na área fiscal bastante avançada, é possível vislumbrar a possibilidade de sucesso na sua implementação. Contudo, deve-se ter em mente a necessidade de considerar as peculiaridades dos diferentes setores econômicos. Por exemplo, setores que lidam com produtos de ciclo longo, como a construção civil, ou com vendas parceladas, como o varejo de bens duráveis, podem enfrentar dificuldades específicas. Essas particularidades precisam ser levadas em conta para que o "split payment" seja implementado de forma equilibrada, garantindo que não haja oneração excessiva ou prejuízo à competitividade de certos segmentos.

Em conclusão, o "split payment" é uma ideia inovadora e pode trazer mais eficiência e justiça para o sistema tributário brasileiro. No entanto, é fundamental que a implementação desse mecanismo seja realizada com cautela, considerando os desafios que ela impõe aos empresários, especialmente os menores, além dos impactos sobre os consumidores. A transição para o novo sistema deve ser planejada cuidadosamente, com fases de implementação progressivas e prazos adequados para que todos os envolvidos possam se adaptar gradualmente às novas exigências.

Como em qualquer mudança, é preciso encontrar um equilíbrio para que os benefícios superem as adversidades e para que todos, tanto empresários quanto consumidores, possam se adaptar e prosperar em um novo cenário tributário.

Rafael Borin é sócio do Rafael Pandolfo Advogados Associados, especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e especialista em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036>

Reforma Tributária: empresas de saneamento fazem abaixo-assinado contra alta de imposto para proteger investimentos

As companhias de saneamento básico privadas, representadas pela Abcon Sindcon, e as estatais estaduais, reunidas na Aesbe, lançaram um abaixo-assinado sobre o impacto da proposta da **Reforma Tributária** para o setor. Elas temem que um aumento na carga de **impostos** possa comprometer sua capacidade de investimento e os serviços prestados à população.

O setor se prepara para, no próximo dia 14, participar de uma audiência pública na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado.

- Os senadores estão vendo que vários setores acabaram sendo contemplados (com tratamento diferenciado) mesmo não tendo o apelo social, a importância e a essencialidade que o nosso - afirmou Christianne Dias, diretora executiva da Abcon Sindcon.

A entidade vem argumentando que a introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), base da **Reforma Tributária**, elevará a carga de **impostos** do setor em relação ao cenário atual. Com isso, seria necessário um reajuste médio de 18% na conta de água para manter as margens das operadoras nos níveis atuais, calcula um estudo da consultoria GO Associados.

O modelo do setor de saneamento, seja público ou privado, é baseado nas tarifas cobradas do usuário final - como em outros serviços básicos, como fornecimento de eletricidade e telecomunicações. Segundo Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, o nível da tarifa pressupõe determinado equilíbrio econômico.

- A tarifa remunera o capital que está sendo investido e os custos de operação. Quando você introduz um novo imposto, temos que recalcular a tarifa para manter o equilíbrio e a taxa de retorno - afirmou Oliveira, que foi presidente da Sabesp, a companhia de saneamento de São Paulo.

Sem recalcular a tarifa, sobra menos para remunerar o investimento e cobrir os custos de operação. Os serviços tendem a piorar, e os investimentos podem

ser adiados. Isso vale tanto para as estatais estaduais quanto para as operadoras privadas.

Atualmente, as operadoras de saneamento têm carga tributária relativamente baixa, especialmente se comparada a de outros serviços básicos de infraestrutura. Segundo a GO Associados, a alíquota média é de 9,25% - com os **tributos** federais PIS e Cofins; as prestadoras de serviços são isentas do ISS municipal e do ICMS estadual.

Sem mudanças no modelo previsto na reforma, as companhias passarão a pagar a alíquota padrão do futuro IVA, atualmente estimada em 26,5% pelo Ministério da Fazenda.

Para a Abcon Sindcon, sem uma alíquota reduzida do IVA, os investimentos na universalização dos serviços de água e esgoto serão comprometidos, porque é inviável que reajustes de 18% sejam autorizados.

- Quando as empresas tentam fazer reajustes anuais, não conseguem. Quem vai conseguir fazer um reequilíbrio de 18%? - disse Christianne.

Conforme Oliveira, da GO Associados, o reajuste de tarifas é ainda mais complicado porque os serviços de água e esgoto são atribuição municipal, embora haja operações regionalizadas. Por isso, há várias agências reguladoras municipais e estaduais.

A Abcon Sindcon propõe a equiparação do saneamento aos serviços de saúde, o que garantiria uma redução de 60% em relação à alíquota padrão do IVA. A GO Associados calcula que isso bastaria para que o novo sistema de **impostos** tenha efeito nulo sobre o setor, mantendo a carga tributária em nível próximo ao atual.

Segundo Christianne, da Abcon Sindcon, há três emendas propondo essa mudança na tramitação da regulamentação da reforma no Senado. Caso uma delas seja aprovada, o projeto de lei terá que ser novamente apreciado pela Câmara.

A entidade já se prepara para articular com deputados e governadores, que têm influência sobre as bancadas

de cada estado, para manter o tratamento diferenciado, caso seja incluído no Senado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/08/reforma-tributaria-empresas-de-saneamento-fazem-abaixo-assinado-contralta-de-imposto-para-protoger-investimentos.ghtml>

Setor de saneamento faz abaixo-assinado contra alta de imposto

VINÍCIUS NEDER

As companhias de saneamento básico privadas, representadas pela Abcon Sindcon, e as estatais estaduais, reunidas na Aesbe, lançaram um abaixo-assinado sobre o impacto da proposta da **Reforma Tributária** para o setor. Elas temem que um aumento na carga de **impostos** possa comprometer sua capacidade de investimento e os serviços prestados à população. O setor se prepara para, no próximo dia 14, participar de uma audiência pública na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado.

-Os senadores estão vendo que vários setores acabaram sendo contemplados (com tratamento diferenciado) mesmo não tendo o apelo social, a importância e a essencialidade que o nosso -afirmou Christianne Dias, diretora executiva da Abcon Sindcon.

A entidade vem argumentando que a introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), base da **Reforma Tributária**, elevará a carga de **impostos** do setor em relação ao cenário atual. Com isso, seria necessário um reajuste médio de 18% na conta de água para manter as margens das operadoras nos níveis atuais, calcula um estudo da consultoria GO Associados.

O modelo do setor de saneamento, seja público ou privado, é baseado nas tarifas cobradas do usuário final - como em outros serviços básicos, como fornecimento de eletricidade e telecomunicações. Segundo Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, o nível da tarifa pressupõe determinado equilíbrio econômico.

-A tarifa remunera o capital que está sendo investido e os custos de operação. Quando você introduz um novo imposto, temos que recalculá-lo para manter o equilíbrio e a taxa de retorno -afirmou Oliveira, que foi presidente da Sabesp, a companhia de saneamento de São Paulo.

Sem recalculá-lo, sobra menos para remunerar o investimento e cobrir os custos de operação. Os serviços tendem a piorar, e os investimentos podem ser adiados. Isso vale tanto para as estatais estaduais quanto para as operadoras privadas.

EQUIPARAÇÃO À SAÚDE

Atualmente, as operadoras de saneamento têm carga tributária relativamente baixa, especialmente se comparada a de outros serviços básicos de infraestrutura. Segundo a GO Associados, a alíquota média é de 9,25% -com os **tributos** federais PIS e Cofins; as prestadoras de serviços são isentas do ISS municipal e do ICMS estadual. Sem mudanças no modelo previsto na reforma, as companhias passarão a pagar a alíquota padrão do futuro IVA, atualmente estimada em 26,5% pelo Ministério da Fazenda.

Para a Abcon Sindcon, sem uma alíquota reduzida do IVA, os investimentos na universalização dos serviços de água e esgoto serão comprometidos, porque é inviável que reajustes de 18% sejam autorizados.

-Quando as empresas tentam fazer reajustes anuais, não conseguem. Quem vai conseguir fazer um reequilíbrio de 18%? -disse Christianne.

Conforme Oliveira, da GO Associados, o reajuste de tarifas é ainda mais complicado porque os serviços de água e esgoto são atribuição municipal, embora haja operações regionalizadas. Por isso, há várias agências reguladoras municipais e estaduais.

A Abcon Sindcon propõe a equiparação do saneamento aos serviços de saúde, o que garantiria uma redução de 60% em relação à alíquota padrão do IVA. A GO Associados calcula que isso bastaria para que o novo sistema de **impostos** tenha efeito nulo sobre o setor, mantendo a carga tributária em nível próximo ao atual.

Segundo Christianne, da Abcon Sindcon, há três emendas propondo essa mudança na tramitação da regulamentação da reforma no Senado. Caso uma delas seja aprovada, o projeto de lei terá que ser novamente apreciado pela Câmara. A entidade já se prepara para articular com deputados e governadores, que têm influência sobre as bancadas de cada estado, para manter o tratamento diferenciado, caso seja incluído no Senado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Previsão de orçamento para 2025 é de R\$ 66,6 bi

O projeto de lei orçamentária anual (PLOA) para o ano de 2025 foi apresentado na manhã de ontem à Câmara Legislativa em audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEO). Técnicos da área econômica do GDF explicaram em detalhes a composição do orçamento e ouviram as ponderações de deputados distritais que participaram da audiência.

De acordo com os números apresentados pelo governo, o orçamento do Distrito Federal para 2025 está estimado em R\$ 66,6 bilhões, sendo R\$ 41,6 bilhões de recursos próprios do Distrito Federal e R\$ 25 bilhões provenientes do Fundo Constitucional, que sai dos cofres da União para financiar gastos com saúde, educação e segurança pública no Distrito Federal. Em comparação a 2024, o orçamento total estimado para 2025 supera o de 2024 em cerca de R\$ 5,5 bilhões.

Dos R\$ 25 bilhões do Fundo Constitucional, R\$ 11,4 bilhões serão destinados para a segurança pública, um aumento de 6,97% em relação ao orçamento de 2024. A saúde receberá R\$ 8,1 bilhões do Fundo Constitucional, representando aumento de 15,79% em relação ao recebido neste ano. Por fim, a educação registra queda de 0,96% no recebimento de recursos do Fundo Constitucional, totalizando R\$ 5,4 bilhões para 2025.

Receitas As receitas correntes, que são os valores recebidos por pagamento de **impostos**, taxas, contribuições, receita patrimonial, serviços e outros, estão fixadas em R\$ 37,7 bilhões, uma variação de 9,24% em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. A receita patrimonial terá uma queda de 40,52% em relação a 2024, enquanto a receita de serviços crescerá 20,51% e as receitas tributárias irão crescer 13,24%. A receita total a ser arrecadada com **impostos** em 2025 está estimada em R\$ 23,7 bilhões. As operações de crédito deverão render R\$ 866,6 milhões aos cofres do Distrito Federal.

As receitas de capital, que envolvem operações de crédito, alienação de bens, amortizações de empréstimos e transferências de capital, somam R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 3,52% em relação ao orçamento do ano de 2024.

Despesas - Mais da metade das despesas do

orçamento próprio do Distrito Federal para o ano que vem estão ligadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com 52,42% do orçamento ou R\$ 20,9 bilhões. Esse valor é 13,7% superior ao destinado no orçamento de 2024.

Pessoal e encargos Quando incorporados os recursos do Fundo Constitucional, as despesas com pessoal e encargos sociais saltam para R\$ 41,2 bilhões ou 63,3% do orçamento total para 2025. As despesas totais com pagamento de pessoal, considerando recursos do orçamento distrital junto com recursos do Fundo Constitucional, deverão crescer 8,9%.

Na saúde, considerando recursos locais e do Fundo Constitucional, as despesas saltarão de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 14,5 bilhões. Já na educação, as despesas irão superar os números de 2024 em 7,4%, chegando a R\$ 14,4 bilhões.

Também participaram da audiência o secretário executivo de finanças da Secretaria de Economia, Thiago Conde, e o chefe da unidade de processamento orçamentário da Secretaria de Economia, Luiz Carvalho.

O projeto de lei orçamentária anual para 2025 tramita na Câmara Legislativa como PL 1294/2024 e atualmente encontra-se em tramitação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, onde aguarda a inclusão de emendas pelos deputados distritais.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18236>

Correção da política fiscal pode atenuar alta de juros (Editorial)

O Federal Reserve americano reduziu o ritmo de corte da taxa de juros para 0,25 ponto percentual, para a faixa 4,5%-4,75%, depois de iniciar um ciclo de afrouxamento com 0,5 ponto.

Um dia antes, o Banco Central do Brasil fez o caminho inverso e acelerou o ritmo de alta de 0,25 para 0,50 ponto, elevando a taxa Selic a 11,25%. Ambos apontaram incertezas no horizonte, sem mencionar que novos riscos virão após a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas.

No **comunicado** do Copom, o ambiente externo "suscita maiores dúvidas sobre os ritmos da desaceleração, da desinflação e, conseqüentemente, sobre a postura do Fed". O presidente do Fed, Jerome Powell, em entrevista ontem, descartou uma dessas dúvidas. A economia americana continua a se expandir em um ritmo sólido, acompanhada também de progressos na **inflação**. Em setembro, o índice de gastos pessoais de consumo (PCE) foi de 2,1%, e o núcleo desse índice, de 2,4%, já bem próximos da meta de 2% do banco.

Fed e BC não deram orientação futura sobre seus próximos passos, por razões distintas. Powell deixou claro que não deseja esfriamento adicional do mercado de trabalho, nem permitir que a **inflação** volte a subir e que o Fed trilhe o estreito caminho entre cortar juros nem tão rápido que faça a **inflação** ressurgir, nem tão devagar que provoque danos à atividade econômica.

Os cenários com que o Fed e o BC trabalham ficaram defasados com a eleição de Trump. Powell disse que "no curto prazo, a eleição não terá nenhum efeito em nossas decisões", mas a médio prazo a política econômica de Trump afetará variáveis-chave para a determinação da política monetária. Inquirido a respeito, Powell foi breve: "Não adivinhamos, não especulamos e não assumimos quais serão as opções políticas do novo governo".

Até a posse de Trump, nada muda nos rumos do Fed, que seguirá empurrando os juros da faixa contracionista para a neutra, de 3% na mediana das estimativas dos membros do banco. Powell disse que o mercado de trabalho deixou de estar aquecido e que a evolução dos salários, que não foram fonte de pressão inflacionária, se aproxima de um ritmo

compatível com **inflação** de 2%. É sabido que Trump quer cortar **impostos**, o que elevará o déficit fiscal. A esse respeito, Powell deixou claro, como seus antecessores, que "a atual trajetória da política fiscal é insustentável".

A política fiscal pode ser uma preocupação relevante e mais no mundo de incertezas do Fed, mas é uma fonte de problemas atual para o BC. O Copom dobrou a dose de juros depois que as projeções de **inflação**, mais uma vez, pioraram. No horizonte relevante da política monetária, agora o segundo trimestre de 2026, o IPCA previsto subiu para 3,6%, ante 3,5% do **comunicado** da reunião anterior, com a diferença que esse resultado considera agora um pico de juros 1 ponto percentual maior (12,5% ante 11,5%) e uma taxa maior que a do cenário anterior para os juros ao fim de 2025 (11,5% ante 10,5%).

O **comunicado** da reunião de quarta, possivelmente pela espera do cenário dos EUA, foi um dos mais lacônicos dos últimos tempos. Teve apenas 605 palavras, quase um quarto das 2.153 reservadas para descrever as análises e decisões do encontro anterior, quando o BC resolveu iniciar o ciclo de alta. O Copom não sinalizou nenhum passo futuro, repetiu que as próximas decisões dependerão dos dados econômicos mais recentes e parece ter se colocado à espera de "medidas estruturais" de correção do desequilíbrio fiscal, repetindo os termos usados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad quando apresentou a necessidade de ações para alinhar a evolução dos gastos às regras do novo regime fiscal.

A desconfiança em relação à sustentabilidade fiscal, segundo o Copom, afetou de "forma relevante" os prêmios de risco e a taxa de câmbio. A depreciação cambial é um fator inflacionário de primeira ordem, mas seu rumo dá margem a diferentes interpretações. A consultoria Oxford Economics, por exemplo, vai na contramão das previsões de boa parte dos investidores domésticos. Acredita que uma Selic a 12% (março) seria suficiente para levar o IPCA a 3,6% no segundo trimestre de 2026 e atingir a meta de 3% nos dois trimestres seguintes. Estima que a **inflação** poderá cair abaixo da meta depois disso. Uma das premissas é que a valorização do dólar foi fruto das expectativas sobre as eleições americanas e que real se recuperará. Para a Oxford, a aposta dos mercados em Selic a 13% fará o IPCA despencar a 1,5% em

2027 e fará a economia se retrair mais do que o necessário.

O futuro do dólar é difícil de projetar, mas o BC voltou a dar ênfase a um problema real: com a economia crescendo acima de seu potencial, estimulada por gastos públicos, será impossível evitar o aumento da **inflação** sem recorrer a uma dose maior de juros e sem ajuda da política fiscal. Ainda há tempo para correção de rumos, porque há riscos novos no cenário: se Trump executar o que prometeu, o dólar pode ter nova rodada de valorização e os juros subirão nos EUA, obrigando a uma adaptação da política monetária doméstica na mesma direção.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Regulamentação das bets passa pela realização de auditorias independentes

CONTEÚDO PATROCINADO POR INSTITUTO BRASILEIRO DE JOGO RESPONSÁVEL (IBJR)

A partir do primeiro dia de 2025, só poderão atuar no Brasil as bets certificadas por auditorias independentes, responsáveis por atestar operações transparentes e seguras para operadores, clientes e poder público. Essa é uma das várias novas regras que passarão a reger o setor de apostas esportivas. Além disso, estarão autorizadas a funcionar apenas as empresas com domínio ".bet.br". Definida pela Portaria nº 1.475/2024 da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, a regulamentação exige ainda que o apostador seja informado, com transparência, quanto vai ganhar caso seja premiado.

Com a licença obrigatória para atuar no Brasil, as operadoras passam a recolher **impostos**.

Outra novidade, também obrigatória, a ser implementada, é o reconhecimento facial, baseado em uma tecnologia que tem como principal objetivo impedir que menores de idade apostem nas plataformas.

As empresas certificadoras vão avaliar a eficácia da biometria, que é aferida para checar se há inconsistências que podem levar a falhas e fraudes. A solução será similar à adotada pelas instituições bancárias. Caso seja identificada alguma inconsistência nas informações prestadas pelo apostador, seu perfil será automaticamente bloqueado.

As companhias de auditoria também vão fiscalizar se as bets estão obedecendo à determinação de alimentar com informações o Sistema de Gestão de Apostas (Sigap), uma solução tecnológica desenvolvida pelo Ministério da Fazenda com o objetivo de permitir a regulação, o monitoramento e a fiscalização desse mercado.

A proposta é identificar se há operações suspeitas ou mesmo apontar comportamento compulsivo dos jogadores.

Essas mudanças se baseiam em diretrizes internacionais relacionadas aos temas de segurança e de confiabilidade da operação, adotadas nos principais mercados. E estão em linha com a proposta do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) para o

setor, afirma o diretor-presidente da organização, André Gelfi.

"As certificações contribuem de forma técnica e isenta para a transparência do segmento. A regulamentação visa à segurança e à lisura das operações, valores também defendidos pelo IBJR, que contribui com soluções aplicadas em mercados com regulação já madura e criteriosa." Segundo Gelfi, o IBJR, que apoiou desde o início a criação do Sigap, defende a regulamentação do setor e entende que o cumprimento das exigências legais por todas as empresas é o caminho mais eficiente e necessário para enfrentar os desafios em discussão na sociedade.

CERTIFICAÇÃO EXIGE CRITÉRIOS TÉCNICOS

Principal representante de operadores do setor de apostas esportivas no Brasil, o IBJR foi criado em março de 2023 com o propósito de colaborar com a estruturação de um ambiente regulatório seguro para o consumidor, sustentável para o setor e saudável para a economia brasileira. As organizações respondem atualmente por 75% do mercado brasileiro de apostas esportivas. E todas já inseriram as certificações em suas rotinas e obrigações, o que facilita a adequação às novas exigências do governo. Também utilizam inteligência artificial (IA) com o objetivo de submeter as apostas a varreduras, que identificam movimentações fora do padrão e que podem configurar algum tipo de manipulação.

Quando algum caso é detectado, há um alerta para aprofundamento das investigações e acionamento das autoridades e entidades esportivas.

"Atender às demandas do governo e a critérios técnicos previstos nas certificações requer investimentos importantes. É uma barreira de entrada para empresas ilegais e sem compromisso com a lisura dos jogos e bem-estar dos apostadores", diz o diretor-presidente do instituto.

"As empresas associadas ao IBJR compreendem e defendem a necessidade de atender à regulamentação, cujos processos se assemelham a mercados exigentes no exterior onde atuam há muitos anos."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Brasil reduz em 12% emissões de gás de efeito estufa, mas patamar ainda é elevado

JULIANA DOMINGOS DE LIMA

O Brasil emitiu 2,3 bilhões de toneladas brutas de gases de efeito estufa em 2023. O número representa queda de 12% em relação ao ano anterior, quando foram emitidas 2,6 bilhões de toneladas.

Apesar da redução, o resultado deste ano se mantém em um patamar elevado, que coloca o País na posição de quinto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo.

As emissões dos países estarão em pauta na Cúpula do Clima (COP-29), que acontece em Baku, no Azerbaijão, a partir de segunda-feira, 11, com objetivo de discutir estratégias e financiamento para a descarbonização.

O dado foi divulgado ontem pelo Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), que integra o Observatório do Clima, uma rede de organizações ambientais voltadas ao combate da mudança climática.

Com emissões em alta em outros setores, a queda em 24% nas emissões globais por desmatamento foi a responsável pela redução, puxada pelo corte de emissões por desflorestação da Amazônia em 37%, a partir da intensificação de ações de fiscalização pelo governo federal.

À exceção da Amazônia e do Pampa - que também registrou queda de 15% nas emissões por desmatamento em 2023 -, porém, todos os biomas tiveram alta nesse setor, com aumento de 86% no Pantanal, 23% no Cerrado, 11% na Caatinga e 4% na Mata Atlântica.

No Cerrado, o aumento do desmatamento levou o Maranhão à posição de terceiro Estado com maior emissão bruta do Brasil, entrando pela primeira vez no ranking e ficando atrás somente de Pará e Mato Grosso.

Segundo o relatório, as mudanças de uso da terra - de floresta para pasto, por exemplo - seguem sendo as maiores poluidoras no País, responsáveis por 46% das emissões brutas de gases de efeito estufa, com 1,062 bilhão de toneladas de CO2 equivalente.

Todos os outros setores geradores de emissão analisados no relatório do Seeg - agropecuária, energia, indústria e resíduos - apresentaram aumento, o que já era esperado com o crescimento do **PIB**. Na agropecuária, que totaliza 28% das emissões brutas, a alta foi de 2,2%, chegando a 631 milhões de toneladas.

REBANHO BOVINO. O aumento é atribuído ao crescimento do rebanho bovino, já que a maior parte das emissões vem do "aroto" do boi - a fermentação entérica emitiu 405 milhões de toneladas em 2023, volume maior do que o total de emissões da Itália, por exemplo.

Em 2023, o número de bovinos bateu recorde desde o início da série histórica, em 1974, com 238,6 milhões de cabeças, segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE.

Apesar de ser a maior queda porcentual nas emissões desde 2009, ano que o Brasil registrou menor emissão da série histórica iniciada em 1990, o País ainda não voltou ao patamar anterior a 2019 - menor do que o de emissões atual.

Nesta edição do relatório, um reajuste na metodologia mostrou que as emissões de 2022, divulgadas no ano passado, haviam sido subestimadas.

Com o novo cálculo, as emissões brutas de 2022 ficaram em 2,6 bilhões de toneladas brutas de CO2 equivalente, o que resultou na redução de 12% das emissões de 2023 em relação ao ano anterior.

O Brasil tem uma meta de redução de emissões a cumprir até 2025, fixada pela adesão do País ao Acordo de Paris. A atual ambição climática, ou Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), limita a emissão máxima a 1,32 bilhão de toneladas de CO2 equivalente até o próximo ano, quando todos os países devem apresentar novas metas.

A cifra corresponde ao volume de emissões líquidas, ou seja, o balanço entre tudo que o País emite e a quantidade de CO2 equivalente capturado por atividades como reflorestamento e práticas agrícolas sustentáveis.

Em 2023, as emissões líquidas ficaram em 1,65 bilhão de toneladas de CO2 equivalente.

Para atingir a meta, o Brasil ainda precisa reduzir as emissões em mais de 20% em dois anos, até o fim de 2025.

COMO ALCANÇAR A META. Mantendo nesse ano e no próximo o mesmo nível de redução de 2023 em relação a 2022, é possível conseguir alcançar a meta, segundo calcula o coordenador do levantamento, David Tsai.

Sem questionar a importância de continuar diminuindo o desmate, Tsai considera que apostar apenas na Amazônia para reduzir as emissões não é uma boa estratégia. "A gente precisa descarbonizar todos os setores", disse ele ao Estadão.

O relatório do Seeg reporta as emissões geradas por queimadas, mas até o momento elas não entram na conta das emissões brutas e líquidas anuais do País.

Essas emissões são monitoradas pelo Observatório do Clima desde 2018, mas o Seeg afirma calculá-las separadamente para "manter a comparabilidade com as metas brasileiras", uma vez que o inventário oficial de emissões do governo federal não contabiliza as emissões por queimadas.

Os valores são significativos: em 2023, somente as emissões por queimadas não associadas a desmatamento chegaram a 90 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

INCÊNDIOS. Em 2024, o Brasil bateu recordes de incêndios florestais mesmo na Amazônia, onde a floresta não pega fogo naturalmente e os incêndios costumam estar associados ao desmatamento, atualmente em queda.

Na avaliação do Observatório do Clima, o fogo tende a ser um fator cada vez mais importante no balanço de carbono do Brasil à medida que a crise climática se agrava.

"Achamos que o governo deve passar a contabilizar essas emissões, inclusive porque é uma recomendação do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)", afirmou o coordenador do Seeg, David Tsai.

Neste ano, o OC monitorou pela primeira vez as emissões de metano e de óxido nitroso por queima de pastagens. Os dois são gases mais potentes no aquecimento do planeta do que o CO2.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Controle de gastos é essencial para conter alta de juros (Editorial)

Os sinais de força da economia, o aquecimento do mercado de trabalho e o crescimento das projeções de **inflação** justificam a decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), de aumentar a taxa básica de juros, a Selic, para 11,25%. Na reunião anterior, em setembro, a taxa subiu um quarto de ponto percentual. Ao acelerar o ritmo para meio ponto, o Copom mostra estar pronto para seguir aumentando a Selic até controlar a alta de preços. O cenário internacional, que sempre exige atenção, ficou mais desafiador com a eleição de Donald Trump. Diante da dinâmica inflacionária e do quadro externo, os rumos da política fiscal farão enorme diferença. A magnitude do aperto monetário será maior ou menor, a depender da seriedade do governo no programa de controle de despesas esperado com ansiedade pelo mercado.

Por decisão do Conselho Monetário Nacional, a meta de **inflação** perseguida pelo Copom é 3%, com intervalo de tolerância até 4,5%. Do início de outubro para cá, as previsões para 2024, 2025 e 2026 subiram. A projeção atual para este ano está em 4,59%, para o próximo em 4,03% e para o seguinte em 3,61%. A **inflação** acumulada em 12 meses, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou outubro em 4,47%, segundo a prévia do IBGE. Em nota, os próprios integrantes do Copom reconheceram que suas previsões se deterioraram. Por isso era hora de ação, algo que a maioria dos analistas já esperava.

Na nota divulgada pelo Copom, não há nenhuma orientação sobre altas futuras. Foi um sinal de cautela para evitar volatilidade no mercado. Num ambiente cheio de incertezas, o Copom dá a entender que adotará as decisões necessárias para manter a **inflação** dentro da meta, mas acompanhará o desenrolar dos fatos. Uma das dúvidas está na implantação das promessas de campanha de Trump. Ele pretende elevar tarifas de importação, medida com potencial de pressionar a **inflação** americana para cima e exigir juros mais altos por lá. Por mudar o fluxo de capitais, a política monetária da maior economia do mundo repercute em todo o planeta. Outra fonte de preocupação é o câmbio, com os efeitos inflacionários de uma possível valorização do dólar.

Outra dúvida diz respeito ao equilíbrio fiscal. Como em reuniões anteriores, o Copom reafirmou nesta semana

que uma política fiscal "crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida" terá impacto positivo na política monetária. A "apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal" contribuem para a "ancoragem das expectativas de **inflação**", diz a nota. Ao gastar mais que arrecada, o governo injeta dinheiro na economia, pressiona para cima a demanda por produtos e serviços e alimenta a alta de preços. Uma política fiscal responsável daria mais eficácia às medidas do Copom, tornando desnecessários aumentos maiores de juros. De quebra, diminuiria a percepção de risco associada ao crescimento da dívida pública. Ainda é incerto o grau de comprometimento do governo Lula com o equilíbrio das contas públicas. Mais uma razão para acelerar o programa de controle de gastos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Outubro terá superávit de quase R\$ 40 bi, diz Ceron

Jéssica Sant"Ana e Estevão Taiar De Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, antecipou que o governo central deve registrar superávit primário de quase R\$ 40 bilhões em outubro, ajudando no objetivo de terminar o ano dentro da banda de tolerância da meta de resultado primário. Em setembro, houve déficit de R\$ 5,3 bilhões, o que fez com que o resultado acumulado do ano ficasse negativo em R\$ 105,2 bilhões, segundo relatório divulgado ontem.

"Apesar dos R\$ 105 bilhões acumulado, o mês de outubro, preliminarmente, fechou um pouco abaixo de R\$ 40 bilhões positivo. Esse resultado fiscal acumulado, se você pegar até outubro, está próximo de R\$ 70 bilhões, já com os créditos extraordinários. Tirando os créditos, vamos ficando cada vez mais próximos do limite da banda", afirmou Ceron em entrevista coletiva.

A meta fiscal para este ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância que admite um déficit de até R\$ 28,8 bilhões. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento projetavam em setembro um resultado negativo de R\$ 28,3 bilhões para o ano. Esse número será atualizado no dia 20.

Os dados foram divulgados no dia em que ministros da equipe econômica se reuniram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tratar de medidas de corte de gastos, consideradas necessárias para a sustentabilidade do arcabouço fiscal.

Questionado sobre o assunto, Ceron reconheceu que há "ansiedade" em relação ao anúncio de medidas e informou que o trabalho passa por um "processo de decisão". A reunião de ontem sobre o assunto terminou sem anúncios e será retomada nesta sexta-feira.

Ao analisar os dados de outubro, o secretário afirmou que houve, no mês passado, a entrada de algumas receitas extraordinárias que ajudaram no resultado. Ele não quis detalhar quais, pois disse que são dados preliminares.

O Tesouro Nacional divulgou ontem, com atraso de uma semana, os dados das contas públicas de setembro. Porém, de maneira inédita, a secretaria do

Ministério da Fazenda divulgou apenas um sumário executivo com o resultado. O relatório completo, com todos os dados, será publicado na próxima semana.

De acordo com a assessoria de imprensa, o corpo técnico do Tesouro "liberou apenas o sumário executivo para divulgação", devido à greve dos servidores. Viviane Varga, secretária adjunta do Tesouro Nacional, negou que a medida representaria uma falta de transparência e um retrocesso no controle das contas públicas.

As despesas totais do governo central em setembro registraram aumento real de 1,4%, o equivalente a R\$ 2,3 bilhões na comparação com o mesmo mês do ano passado. O aumento foi explicado pela antecipação no pagamento de R\$ 4,3 bilhões de precatórios federais do Rio Grande do Sul previstos só para 2025.

Também houve crescimento real nas despesas com Benefício de Prestação Continuada (BPC), de R\$ 1,1 bilhão, e de R\$ 2,8 bilhões em benefícios previdenciários. Na direção contrária, houve redução de R\$ 3,7 bilhões nas despesas discricionárias, com queda mais relevante na função saúde (-R\$ 2,5 bilhões).

No acumulado em 12 meses até setembro, a despesa total está em 20,1% do **PIB**, com os gastos obrigatórios correspondendo a 18,3% do **PIB**, e as discricionárias (investimento e custeio da máquina), a 1,8%. Ceron afirmou que, até o fim do ano, a despesa total deve se aproximar de 19% do **PIB**.

Pelo lado da receita líquida, houve queda real de 8,5%, ou R\$ 15,1 bilhões. Esse resultado foi puxado por queda de 59,8% das receitas não administradas, em razão do recolhimento de recursos não sacados do PIS/Pasep em setembro do ano passado, que somaram R\$27,1 bilhões e que não tiveram contrapartida em 2024.

Durante a coletiva de imprensa, o secretário refutou a tese de que o Brasil estaria caminhando para um cenário de dominância fiscal, que ocorre quando a política monetária não tem mais efeito, devido ao descontrole fiscal. "O resultado fiscal está longe de gerar uma dinâmica dessa. De fato, há uma desancoragem da taxa de juros, mas a questão da convergência da **inflação** é trabalho do Banco Central,

que está atuando para isso."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Vitória do republicano significa mudanças nos rumos do Fed?

Roberta Costa De São Paulo

Trump venceu e o Federal Reserve (Fed, banco central americano) manteve o programado para a reunião de ontem, cortando em ritmo menor, de 0,25 ponto percentual, a taxa de juros dos Estados Unidos, para 4,5%-4,75%. Se o adiamento do encontro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) em um dia, justamente por causa das eleições, levantou a lebre de uma preocupação com quem seria o ganhador do pleito presidencial, os próximos passos dependem exclusivamente do que os modelos do banco central indicarem para o alcance do mandato duplo- o pleno emprego e a **inflação** na meta.

Evidentemente que uma política econômica que aponte tendências mais inflacionárias, seja por expansão do gasto público (redução de **impostos**), por medidas comerciais protecionistas (elevação de tarifas) e imigração, será objeto de monitoramento da autoridade monetária, mas, no curto prazo, os dilemas do Fed não mudam. Não à toa Jerome Powell se esquivou de perguntas desse cunho na entrevista após a reunião, e realmente não haveria motivo para um exercício de futurologia quando o papel do banco central é lidar com fatos.

No mais, uma instituição independente e com grande credibilidade como o Fed, apesar das pressões do Executivo e/ou Legislativo, se esforça para ser (e não há razão para achar que não é) apolítica.

O que Trump vai realmente implementar entre seus planos vendidos na campanha eleitoral?

Quanto de seu mandato anterior pode ser reproduzido neste? Isso ainda vamos ver. Um dado de realidade é que houve certa amenização em seu discurso de intenções de medidas extremas. Mas isso faz parte do xadrez político e, em se tratando de uma figura tão polêmica, tudo pode acontecer.

De volta ao presente, a questão maior para o Fed é saber quanto mais o juro pode cair para blindar o mercado de trabalho sem deixar a **inflação** sair da tendência de convergência para meta média de 2%.

Em setembro, depois de quatro anos de juros altos para o padrão americano, houve a primeira redução, que foi, de certa forma, surpreendente (agressiva) pelo

tamanho (0,5 ponto). Contudo, olhando para o gráfico de pontos, que marca as opiniões individuais dos membros do colegiado sobre os próximos passos do Fomc, seus 19 participantes estavam divididos quase ao meio: nove esperavam mais um corte adicional neste ano e dez, mais dois. Para 2025, por óbvio, o cenário é bem mais incerto.

Qual era a paisagem que o Fed via em setembro? E a que viu agora?

O mercado financeiro se apavorou com a elevação da taxa de desemprego em agosto, de 4,1% para 4,3%, e com a desaceleração importante da criação de vagas. O debate entre economistas era sobre o Fed estar atrasado - "atrás da curva", como se diz no mercado -, podendo ser responsável por uma escorregada no manejo da política que desandaria em uma recessão. Já nos números de setembro houve recuperação do emprego e queda no desemprego.

Em outubro, à parte os efeitos do clima (furacões) e de greves, que impactaram negativamente (e fortemente) os números, não há indícios de mudança do quadro.

Em outras palavras, juros muito altos por longo período ainda terão efeito de esfriamento do mercado de trabalho, dada a defasagem ação da política monetária sobre a atividade econômica. Mas não há alarde: "as condições do mercado de trabalho têm geralmente melhorado, e a taxa de desemprego tem subido, mas continua baixa", disse o **comunicado**.

Na **inflação**, a tendência é de desaceleração.

O PCE, índice preferido do Fed, teve alta de 2,1% em setembro na comparação com o ano anterior, enquanto o núcleo (que tira os preços voláteis e mostra a tendência subjacente dos preços) subiu 2,7%. Esses são os últimos dados disponíveis. No confronto com o quadro que se via em janeiro de 2023, com variações de 5,5 e 5%, respectivamente, foi um ganho enorme, o que explica o conforto do banco central em começar a normalizar a política, embora tenha reduzido o passo agora.

Para o futuro, a pergunta-chave é qual a taxa de juros neutra para a economia dos EUA, ou: até onde o Fed pode ir cortando juros? A resposta nem Powell sabe, como deixou claro na entrevista: "estamos

caminhando para uma política mais neutra". O choque da pandemia mudou estruturalmente a economia, que apesar destes anos de política monetária restritiva, continua crescendo acima do esperado a cada trimestre. Portanto, o juro de equilíbrio pode mesmo ser mais alto agora. Mas quanto? A equação, que já não era fácil, tem agora o elemento Trump para ser contabilizado.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

O impacto de Trump na América Latina

Americas Quarterly

Donald Trump conquistou uma vitória maior do que a esperada na terça-feira, o que sinaliza uma grande mudança nas políticas dos EUA, incluindo para a América Latina. Durante a campanha, Trump enfatizou promessas de combate à imigração, incluindo deportações em massa, e sugeriu que poderá impor tarifas sobre o comércio com o México.

Os republicanos também capturaram a maioria no Senado, mas o controle da Câmara dos Deputados ainda não está definido. A Americas Quarterly pediu para analistas compartilharem suas reações sobre o que um segundo mandato de Trump na presidência dos EUA significa para a América Latina e para o mundo.

Lucía Dammert Professora de relações internacionais da Universidade de Santiago do Chile A vitória de Donald Trump não apenas lhe garante a Casa Branca, mas também entrega aos republicanos o controle do Senado e, possivelmente, uma maioria na Câmara dos Deputados. Eles já dominam a Suprema Corte. Esse controle quase total apresenta desafios enormes para os EUA e o mundo.

Ainda assim, o resultado da votação foi decisivo: o povo americano o escolheu, apesar dos julgamentos criminais, de seu comportamento agressivo e da profunda polarização.

Mesmo que ainda não seja o momento de dissecar os problemas internos da campanha democrata ou a influência de Elon Musk e de outros atores importantes no lado republicano, esses tópicos, sem dúvida, merecem análises detalhadas.

O triunfo de Trump redefine a relação dos EUA com vários governos latino-americanos.

Terá um significado particular para a recém-eleita presidente mexicana, Claudia Sheinbaum. Controle da fronteira, política migratória, a guerra às drogas, deslocalização próxima e a relação com o Brasil, a maior economia da América Latina, figuram bem abaixo na lista de prioridades, o que poderia acelerar a formação de alianças globais alternativas.

A Venezuela, provavelmente, permanecerá um ponto de discussão com pouca expectativa de ações para fortalecer desfechos democráticos. Para líderes como Javier Milei, da Argentina, e Nayib Bukele, de El

Salvador, ainda que a narrativa de Trump possa reverberar, resta ver se esse alinhamento se traduzirá em ações políticas específicas.

No entanto, a eleição de Trump poderia apresentar à América Latina uma oportunidade única. Confrontados por desafios econômicos, por instabilidade política, pelas mudanças climáticas e pela posição intermediária em relação às potências globais, os líderes da região deveriam buscar mecanismos colaborativos para criar uma voz unificada.

Para além das diferenças políticas, essa liderança coletiva poderia forjar estratégias para solucionar a crise venezuelana, definir respostas aos graves impactos da mudança climática, coordenar-se contra a disseminação do crime organizado e construir mercados e estratégias comerciais comuns como um bloco regional.

Em um mundo que parece cada vez mais polarizado e dividido, a região deve entender que uma abordagem fragmentada e combativa não melhorará a qualidade de vida dos latino-americanos. O desafio é construir um bloco verdadeiro e unido. Esperemos que os líderes latino-americanos reconheçam isso. No ambiente global em transformação, um caminho comum adiante não é apenas possível, é necessário.

Brian Winter Analista e editor-chefe da "Americas Quarterly" Foi uma eleição como tantas outras que vimos na América Latina: insatisfação com o status quo, indignação contra a desigualdade e uma elite distante que só se ocupa consigo mesma. Essas mensagens costumavam ser esquerdistas, mas agora a direita, com frequência, as canaliza melhor.

Tanto na América Latina como nos EUA.

Quanto às consequências para a região, considero que o México é a grande história. Hoje, o país é o maior parceiro comercial dos EUA. Mas, nas semanas finais da campanha, Trump fez ameaças cada vez maiores de impor novas tarifas, a não ser que o México colabore em relação à migração.

É verdade que ele não cumpriu o que prometeu em seu primeiro mandato - mas, desta vez, influências moderadoras, como Jared Kushner e John Kelly, não estarão na Casa Branca.

A autoridade de Trump para controlar a fronteira é muito maior agora. Acho que as pessoas não estão

levando isso suficientemente a sério. Poderíamos ver a relação entre EUA e México tornar-se hostil. É hora de ouvir e repensar.

Em outras partes, a vitória de Trump é boa notícia para companheiros de viagem, como Javier Milei e Nayib Bukele, apesar de não estar claro o que isso significaria em termos de benefícios tangíveis.

Isso definitivamente dá um novo alento ao movimento de Jair Bolsonaro e suas esperanças de que ele também seja capaz de um retorno improvável - e transpor as decisões judiciais que o proíbem de concorrer em 2026.

O Brasil é um ponto de interrogação: há bolsonaristas com influência no mundo de Trump tentando propagar a ideia de que Luiz Inácio Lula da Silva é antidemocrático e anti-Occidente, que o Brasil deveria ser alvo de sanções. Logo veremos se isso ganhará tração.

No geral, acredito que a América Latina ficará mais em evidência durante a presidência de Trump do que muitos preveem. A região é importante quanto aos grandes problemas que estão na cabeça de Trump, incluindo imigração, narcotráfico e a formação de uma frente ampla contra ameaças socialistas - tanto imaginárias quanto reais. Alguns na região gostarão da atenção intensificada.

Outros não.

Viri Rios Pesquisadora mexicana especializada em desigualdade e políticas sociais Não há dúvida de que a vitória de Trump apresenta desafios para o México. Contudo, não há motivo para tanto alarme.

Ao contrário de 2016, neste momento, os EUA dependem muito mais do México do que jamais dependeram - uma realidade que Trump dificilmente reconhecerá publicamente, apesar de sua importância.

Aspectos críticos da plataforma de Trump, como conter fluxos migratórios vindos do sul, reduzir a **inflação** por meio de uma manufatura de baixo custo e afastar da China relações comerciais primárias, dependem de uma relação mutuamente sustentável com o México.

Além disso, o México se beneficia neste momento de uma presidente e de uma equipe diplomática habilidosas, cujo alinhamento a temas trabalhistas pode criar vias construtivas para o diálogo.

Enquanto isso, o Partido Democrata tem muito a responder.

Seu fracasso em elaborar uma mensagem envolvente e criativa para a classe trabalhadora produz sérias repercussões globais, que todos nós sentiremos, inevitavelmente.

Mauricio Cárdenas Professor da School of International and Public Affairs, da Universidade Columbia A vitória de Donald Trump tem implicações significativas para o mundo e para a América Latina.

Começamos pelo cenário macroeconômico: cortes de **impostos** e um gasto maior, provavelmente, ocasionarão um déficit fiscal mais elevado nos EUA - o que implica **inflação** mais alta, taxas de juros mais altas e dólar mais forte.

Na América Latina, isso significa menos fluxos de capital para a região, juros mais altos por mais tempo e taxas de juros mais altas. Tudo isso sinaliza um panorama de menos crescimento econômico, além do cenário já sombrio. O crescimento na região não deverá superar 3% nos próximos anos, conforme projetado pelo FMI.

Mas essa não é a implicação mais marcante do triunfo de Trump. A região pode esperar uma transição de um período de negligência, até indiferença, dos EUA para uma fase de envolvimento muito maior - mas não necessariamente por razões positivas.

O México será um campo de combate por causa de dois tópicos cruciais na agenda de Trump: imigração e China.

Trump foi o arquiteto do Acordo EUA-México-Canadá, firmado em seu primeiro mandato, e é improvável ele buscar miná-lo agora.

Mas Trump usará o comércio para pressionar por suas posições nas negociações com o México sobre imigração ilegal e poderá buscar mudanças sobre temas específicos relacionados a aspectos do acordo que permitiu ao investimento direto da China no México contornar as tarifas mais altas sobre os produtos chineses que entram no mercado americano.

O Peru, com o novo Porto de Chancay, construído com investimento chinês, também poderia virar um palco de relações comerciais conflitantes.

Trump deverá pressionar a Colômbia em razão de um aumento na produção de cocaína e da política de "paz total" de Gustavo Petro, ocasionando um aumento na tensão das relações entre Washington e Bogotá, uma possível redução na ajuda militar e até a ameaça de sanções econômicas.

Finalmente, há a questão da Venezuela. Se for capaz

de uma abordagem pragmática, Trump poderia intermediar um acordo com Nicolás Maduro para facilitar uma transição, em troca de alguma forma de imunidade legal nos EUA para os chavistas.

Vitória de Trump sinaliza grande mudança nas políticas dos EUA para América Latina

I TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vitória de Trump cria armadilha para BCs (Artigo)

Por Chris Giles

Avitória decisiva de Donald Trump nos Estados Unidos cria uma série de armadilhas para os bancos centrais contornarem nas próximas semanas e meses. A mudança que está por vir no governo dos Estados Unidos apresenta uma espécie de crise para as autoridades monetárias.

Dada a incerteza sobre o resultado eleitoral anteriormente, nenhum banco central - nos EUA, na Europa, Japão e nas economias emergentes - estava preparado para o triunfo republicano.

Nenhum deles ajustou suas políticas de acordo. Agora, eles terão de mostrar mais uma vez que são capazes de se adaptar aos acontecimentos.

A princípio, existem salvaguardas institucionais e roteiros bem-estabelecidos para resultados inesperados como esse. Podemos esperar uma demonstração de respeito pelo mandato de estabilidade dos preços do Banco da Inglaterra (BoE) quando anunciou as taxas de juros ao meio-dia de hoje na Europa, e quase nenhum comentário sobre a eleição nos Estados Unidos.

O presidente Andrew Bailey deverá usar a redução das pressões inflacionárias e salariais para justificar um corte de um 0,25 ponto percentual na taxa referencial de juro. Bailey tentará soar o mais monótono possível.

Este ato foi repetido poucas horas mais tarde em Washington, no Federal Reserve (Fed). O presidente Jerome Powell citou o progresso no combate à **inflação** como motivo por trás do corte de um quarto de ponto pelo Fed. O Comitê de Mercado Aberto (FOMC), que define as políticas, está cumprindo seu dever de garantir o máximo de emprego e preços estáveis, afirmou ele.

Felizmente, tanto para o Fed como para o BoE, suas palavras e ações refletem a realidade. Suas decisões imediatas não têm nada a ver com Trump e certamente refletem seus desejos de cumprir seus mandatos.

Menos afortunado a esse respeito é o Banco do Japão, que disse explicitamente em sua reunião da

semana passada que iria "prestar a devida atenção aos acontecimentos nos mercados financeiros e de câmbio" ao definir as taxas. O iene desvalorizou 1,7% (para 154,3 ienes por dólar) após o anúncio do resultado das eleições, colocando o banco central sob mais pressão para elevar as taxas de juros novamente, provavelmente mais cedo que as autoridades em Tóquio realmente gostariam.

Mandatos e convenções também protegem os bancos centrais se perguntados como responderão à presidência Trump.

Eles são obrigados a dizer que não podem definir a política monetária com base em hipóteses e precisam esperar para ver quais serão as políticas do novo governo.

É claro que essas táticas evitam questões importantes que podem estar preocupando todos os outros e serão frustrantes de assistir em coletivas de imprensa.

Mas parecer calmo e ater-se a um mandato é um benefício fundamental das instituições econômicas que podem proporcionar estabilidade em um momento de incerteza e turbulência.

Onde os bancos centrais estão mais expostos, porém, é em suas capacidades de modelagem econômica.

Se Trump usar sua nova e ampla autoridade para impor tarifas nos níveis da década de 30, deportar imigrantes em massa e cortar radicalmente os **impostos**, como prometeu, os modelos econômicos são extremamente deficientes para lidar com mudanças tão drásticas. Eles são baseados em dados de períodos de relativa calma e têm dificuldade para lidar com as consequências de tempos mais turbulentos.

Se confiarem em seus principais modelos, os bancos centrais correm o risco de serem surpreendidos pelo possível mundo de tensões geopolíticas, guerras comerciais cruéis e um presidente com a intenção de ter voz nas decisões do Fed, subestimando enormemente as possíveis repercussões.

O FMI, por exemplo, produziu no mês passado um cenário de previsão sugerindo que grandes tarifas dos EUA, baixa migração, tensões comerciais globais e

mercados financeiros globais nervosos aumentariam a **inflação** em no máximo 0,2 ponto porcentual em relação ao caminho principal previsto para os Estados Unidos, Europa, China e o mundo. Isso sugere que as políticas de Trump são, no máximo, equivalentes a um erro de previsão ruim em um número mensal de **inflação**. Sabemos que isso é um absurdo porque as interrupções nas cadeias de abastecimento depois da covid-19 fizeram a **inflação** nos EUA subir de perto da meta de 2% no começo de 2021, para 7,2% em junho de 2022.

Então, a maior armadilha de todas para os bancos centrais virá quando Donald Trump usar seus poderes de forma extensiva.

As autoridades precisarão ter uma visão clara das políticas de Trump, que são amplamente inflacionárias, sejam elas cortes de **impostos** ou tarifas.

De maneira geral, os bancos centrais escaparam de falhar em prever e combater um episódio inflacionário em 2021 com uma resposta tardia, mas enérgica. O período que se aproxima é mais perigoso. Trump deverá atacar o Federal Reserve se ele tentar contrabalançar suas políticas ou se a **inflação** disparar novamente - independentemente de isso ser justo ou não.

E no resto do mundo, o público será muito menos compreensivo com bancos centrais que perderem o controle dos preços pela segunda vez em cinco anos, mesmo que eles não consigam controlar os acontecimentos. As defesas institucionais só podem proteger essas autoridades até certo ponto. Se Donald Trump for sério sobre suas propostas econômicas, os bancos centrais terão um período mais problemático pela frente. (Tradução de Mário Zamarian)

Chris Giles é comentarista econômico do Financial Times.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Trump não consegue tirar política climática dos trilhos, diz John Kerry

Victoria Netto De Belém

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, não tem o poder de arruinar os esforços globais na agenda climática, avalia John Kerry, que foi secretário de Estado dos EUA na segunda gestão de Barack Obama e também foi enviado especial para o clima no governo Joe Biden, entre 2021 e março de 2024. "Uma pessoa, um homem, nem mesmo o poderoso presidente dos Estados Unidos pode tirar dos trilhos os esforços de 200 nações ao redor do mundo, estou convicto disso", disse Kerry, que aposta na autonomia dos entes federados americanos para honrar os compromissos assumidos pelo país internacionalmente.

Ele também acredita que incentivos fiscais são o principal mecanismo para acelerar a transição energética, diz que o Brasil tem grande potencial na bioeconomia e que a adaptação climática é "fundamentalmente obrigatória" pelas circunstâncias do mundo. Kerry participou de forma virtual nesta quinta-feira (7) da Conferência Internacional de Economias da Amazônia, realizada em Belém.

Após a confirmação da vitória de Trump na quarta-feira, cresceram as preocupações com os impactos ambientais que o provável afrouxamento de ações climáticas dos EUA pode causar em escala global, sobretudo por ser a nação mais rica do mundo e o segundo maior emissor de CO₂. Fica ainda o receio de que haja influência americana sobre outros países e que as negociações climáticas no âmbito da ONU se enfraqueçam.

Quando foi eleito pela primeira vez, Trump anunciou, em 2017, que sairia do Acordo de Paris, firmado em 2015 por 195 países para frear o aquecimento global. Na corrida eleitoral deste ano contra Kamala Harris, o republicano voltou a ameaçar sair do tratado e, desta vez, inclusive da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

"A minha primeira esperança é que Trump não se afaste [do acordo], mas, se acontecer, sabemos que ele não vai ter o poder de causar uma ruptura", declarou Kerry. Na primeira vez, a comunidade internacional seguiu ativa e governadores americanos continuaram com as ações climáticas. "A população americana ficou", disse.

Sob Biden, os EUA voltaram a ser signatários do Acordo de Paris, e o país avançou com um arcabouço legal de incentivos fiscais para a descarbonização, o Ato de Redução da **Inflação** nos Estados Unidos (IRA). O instrumento criou uma disponibilidade massiva de cortes de **impostos** para as cadeias relacionadas à transição energética, o que tornou os investimentos na área mais atrativos.

Segundo Kerry, nenhum governo no mundo tem dinheiro suficiente para prover a transição que o mundo precisa e, para a maioria dos governos, a melhor estratégia é criar incentivos políticos. O ex-secretário afirmou que, em 2023, pela primeira vez na história, os investimentos globais na indústria de energia renovável (US\$ 2 trilhões) superaram os aportes em combustíveis fósseis (US\$ 1 trilhão). "O setor privado está começando a dizer: 'Podemos ganhar dinheiro aqui, isso é lucrativo'." Para Kerry, o mundo está atrasado nas metas de atingir zero emissões até 2050 e é necessário acelerar o percurso: "A crise climática é criação humana, não é um desastre natural. Este é o resultado das escolhas que fazemos sobre como nos movemos de um lugar para outro, como transportamos nossa comida, como aquecemos nossas casas e como expandimos nossos negócios. A nossa escolha ainda é usar muito combustível fóssil".

Nesse cenário, diz Kerry, os países menos desenvolvidos é que serão mais prejudicados, e as 20 maiores economias do mundo, que somam 80% das emissões de gases poluentes, precisam estar mais engajadas. "Com o tempo, as pessoas pobres e menos favorecidas vão pagar o preço mais alto, o que é cruel e criará conflito político, porque elas não contribuíram para o problema", declarou.

No caso brasileiro, onde a maior parte das emissões vem do desmatamento e da agropecuária, a bioeconomia tem um papel-chave, avalia Kerry. Ele citou os esforços para conter o corte de florestas e disse que a agricultura regenerativa e a forma de criar gado podem ser decisivas para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

"A crise climática é um resultado das escolhas que fazemos"

John Kerry

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Selic deve subir mais

» **ROSANA HESSEL**

Um dia após o Banco Central aumentar a taxa básica da economia (Selic) em 0,50 ponto percentual, para 11,25% ao ano, analistas retomaram as revisões para os juros no fim do novo ciclo de aperto monetário, iniciado em setembro. O novo aumento dos juros ocorreu, em grande parte, devido à piora das projeções para a **inflação** e do quadro fiscal, e ao aumento das incertezas no mercado externo, de acordo com a nota do Copom divulgada após o término do segundo dia da reunião.

O consenso dos analistas é de que o ritmo atual deverá ser mantido na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro, e, com isso, a taxa básica deverá subir para 11,75% ao ano. Os especialistas reconhecem que os juros deverão continuar elevados por mais tempo do que o inicialmente previsto. Nesse sentido, o novo piso para a Selic nesse novo ciclo passa a ser entre 12,50% e 13%, pois algumas previsões já sinalizam algo perto de 14%. A XP Investimentos, por exemplo, elevou de 12% para 13,25% a previsão para a taxa terminal da Selic.

Além disso, algumas apostas indicam que a taxa básica começará a cair apenas no fim de 2025 ou apenas em 2026.

Com isso, analistas lembram que o próximo presidente do BC, atual diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, vai ter que seguir aumentando os juros logo no início de sua gestão à frente da autoridade monetária. Na avaliação do ex-diretor do Banco Central e consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Turismo e Serviços (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, como a economia interna está mais aquecida do que o inicialmente previsto pelo mercado, isso pede mais juros e o Banco Central não tem muita alternativa diante da demanda aquecida e muita incerteza lá fora.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6611/08-11-2024.html?all=1>

Mercado espera Selic mais alta após eleição de Trump

Gabriel Caldeira e Gabriel Roca De São Paulo

A eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e seus potenciais efeitos sobre a política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) se somam a um cenário doméstico desafiador para o Banco Central (BC), de atividade econômica aquecida, expectativas de **inflação** desancoradas da meta de 3% ao ano e incerteza com a política fiscal. Após a reunião do comitê de Política Monetária (Copom) na quarta-feira, importantes instituições financeiras locais e estrangeiras aumentaram suas estimativas para o ciclo de aperto monetário do colegiado, sob o pretexto de que as condições macroeconômicas internas e externas devem exigir uma postura mais conservadora nos próximos meses.

O Copom confirmou as expectativas dos agentes financeiros ao elevar a taxa Selic de 10,75% para 11,25% nesta semana. A ausência de uma orientação futura ("guidance") quanto às próximas decisões e as sinalizações lidas pelo mercado como mais duras abriram espaço para uma série de revisões das projeções para a taxa básica de juros.

Segundo a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira, com a vitória expressiva de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, aumentou a probabilidade de que suas promessas de campanha entrem em vigor já no primeiro ano de mandato. "A vitória de Trump já era o cenário-base, mas com uma votação popular tão elástica e o partido [republicano] comandando as duas casas legislativas, suas promessas de campanha, que devem ser inflacionárias, devem entrar em vigor já no primeiro ano", afirma.

Em meio ao cenário externo mais desafiador, a mensagem mais conservadora emitida pelo Copom no **comunicado** de quarta-feira também contribuiu para que a gestora revisasse sua estimativa para o ciclo de aperto monetário no Brasil. A Tenax espera, agora, uma Selic de 13,25% no ano que vem, de 12,75%.

"É um ambiente externo menos benigno para emergentes, com dólar mais forte. Além disso, também esperamos uma **inflação** mais alta", afirma Nogueira.

Segundo ela, o cenário global de dólar apreciado acaba se encontrando com a situação particular brasileira, que está longe de ser positiva. "Não estamos com uma história doméstica benigna em meio a esse cenário externo desafiador para emergentes. É um piquenique à beira do vulcão", resume.

Igor Barenboim, economistachefe da Reach Capital, vai na mesma linha da profissional da Tenax Capital. Para ele, a evolução do cenário macroeconômico no Brasil e nos Estados Unidos aumentou a chance de que a Selic tenha de subir a até 14%. Além das políticas inflacionárias de Trump, a perspectiva de déficit fiscal maior nos Estados Unidos por conta da eventual redução de impostos ao setor privado tende a pressionar os juros longos no país, o que aumenta o custo do capital para os mercados fora dos Estados Unidos, diz.

Esses dois fatores, somados, indicam que o Copom pode ter que adotar uma postura mais conservadora no curto prazo, avalia Barenboim.

Mesmo assim, o economista entende que ainda não é o momento de revisar seu cenáriobase de taxa Selic em 13% ao fim do ciclo de aperto monetário, com cortes para 12% até o fim de 2025. Segundo ele, a perspectiva para a política monetária local depende muito do que o governo fará no campo fiscal.

"Se a gente tiver realmente a desancoragem total das expectativas [de **inflação**], o câmbio continuar depreciando, aí realmente vou ter que rever o cenário, de repente indo para 14% de Selic e sem espaço para cortar.

Mas não estou convencido de que esse dólar ao redor de R\$ 5,70 seja algo permanente. Isso vai depender muito da reação do governo", afirma Barenboim.

A XP, por outro lado, revisou de forma agressiva a sua expectativa para a taxa Selic ao fim deste ciclo, de 12% para 13,25%, "diante de um cenário mais desafiador para a **inflação** e a nova previsão do Copom" para o IPCA, que passou de 3,5% a 3,6% dentro do horizonte relevante de projeção do BC mesmo com a estimativa de juros mais elevados.

Entre as instituições estrangeiras, o banco americano J.P. Morgan aumentou a sua projeção para a Selic no

fim de ciclo de 12% para 13%. "O ambiente global agora parece mais incerto, e a redução da flexibilização [da política monetária] no exterior provavelmente manterá o real mais depreciado do que esperávamos inicialmente", escrevem Cassiana Fernandez, economista-chefe para América Latina do banco, e os economistas Vinicius Moreira e Mirella Miranda Sampaio.

A incerteza externa se soma "a um hiato do produto apertado, um mercado de trabalho restrito e pressões inflacionárias iminentes do aumento dos preços de bens e alimentos, o que provavelmente levará o BC a continuar aumentando os juros por mais tempo", dizem os economistas do J.P. Morgan. De acordo com eles, é possível que o BC não precise subir tanto os juros até o primeiro semestre de 2025 caso um "plano crível para lidar com desafios fiscais estruturais" seja implementado pelo governo, "mas ainda não se sabe se esse ajuste será feito", ressaltam.

A política fiscal do governo é, aliás, o principal motivo apontado pelo Rabobank para esperar um ciclo de aperto monetária mais forte do BC, de acordo com os estrategistas Mauricio Une e Renan Alves. Agora, o banco holandês também projeta uma Selic de 13% no fim do ciclo, de 12,5% na estimativa anterior.

Já o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, considera em seu cenário- base um aumento menor da Selic ao fim do atual ciclo de aperto, para 12,75%, de 12% na projeção anterior.

A revisão leva em conta "as previsões de **inflação** mais altas do BC em meio à contínua deterioração da **inflação** corrente; alguma contaminação das expectativas de **inflação**; o mercado de trabalho muito apertado sustentando a alta **inflação** dos serviços básicos; e um ambiente externo que pode ser mais adverso para os mercados emergentes em geral, dada a maior incerteza sobre as futuras medidas do Fed", cita o profissional do Barclays.

"Não estou convencido de que o dólar a R\$ 5,70 seja permanente. Vai depender muito da reação do governo"

Igor Barenboim

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4>

O mercado de capitais e a ascensão do financiamento - PALAVRA DO GESTOR

Fernando Fontes

Fernando Fontes é CEO e fundador da Cerc E-mail cerc@cerc.com

O mercado de capitais brasileiro tem se destacado como uma excelente alternativa de financiamento.

Vem apresentando um crescimento expressivo para desafiar o histórico de preponderância das instituições financeiras tradicionais nesse segmento.

Nos últimos anos, o volume de crédito por meio de instrumentos como certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), por exemplo, cresceu sete vezes, refletindo a aceleração das oportunidades de financiamento. Em 2023, o total do mercado de valores mobiliários securitizados atingiu R\$ 1,6 trilhão, com debêntures e notas comerciais representando uma fatia significativa desse crescimento, ao alcançarem R\$ 1,15 trilhão. Projeções indicam que esse mercado poderá dobrar de tamanho já nos próximos anos, confirmando sua trajetória de expansão.

No entanto, apesar desse avanço notável, a estrutura do mercado de crédito brasileiro ainda apresenta desafios importantes, especialmente para as pequenas e médias empresas (PMEs), que representam a espinha dorsal do setor produtivo nacional e já somam aproximadamente 21 milhões no país, conforme o "Mapa de Empresas - Boletim do 1o quadrimestre de 2024" publicado pelo portal Gov.br.

Embora as PMEs correspondam a 27% do **PIB** brasileiro, elas recebem apenas 8% da carteira de crédito. Essa discrepância preocupa, uma vez que o déficit de crédito para esse segmento é estimado em R\$ 2,4 trilhões, o que equivale a impressionantes 71% do mercado total de crédito. A título de comparação, enquanto o crédito para empresas nos Estados Unidos representa 77% do **PIB**, no Brasil essa proporção chega a apenas 51%. Esse desequilíbrio evidencia a necessidade de alternativas de financiamento mais acessíveis e disponíveis para as PMEs, que são fundamentais para o crescimento econômico.

Neste contexto, a expansão do mercado de capitais se

apresenta como uma solução que vem a reboque. Ao se colocar como nova opção de financiamento e reduzir a dependência dos bancos tradicionais como veículos de financiamento, o mercado de capitais pode desempenhar um papel crucial na redução da lacuna de crédito. A mobilização de recursos por meio de ativos securitizados e o fortalecimento da confiança nas operações financeiras têm o potencial de proporcionar uma recuperação mais equilibrada e sustentável para o setor produtivo, especialmente para as PMEs.

A consolidação desse mercado ainda enfrenta obstáculos significativos.

O principal desafio está na falta de confiança nos dados, especialmente quanto à transparência e à qualidade dos ativos utilizados como lastro nas operações de securitização. Essa incerteza prejudica a confiança tanto de financiadores quanto de tomadores de crédito, dificultando a expansão das transações.

A introdução de medidas regulatórias, como a Resolução CVM 175, que exige o registro obrigatório de todos os direitos creditórios em registradoras autorizadas pelo Banco Central, é um passo importante para mitigar riscos e tornar mais factível a capacidade de avaliação de crédito. A norma visa não apenas reduzir as fraudes, um problema recorrente no mercado de recebíveis, mas também aumentar a segurança jurídica e a transparência nas transações.

Outro avanço relevante proposto pela CVM é a autorização para a distribuição dos FIDCs a investidores não qualificados. Essa mudança abre perspectivas de ampliação do acesso a uma gama maior de investidores pessoa física, além do varejo e pequenas empresas, espaço até então ocupado somente pelos investidores qualificados, que tradicionalmente já atuavam nesse mercado. Com isso, temos mais abundância da oferta de financiamento, permitindo a democratização do acesso a esses instrumentos para gerar maior liquidez e tração no mercado.

A tendência ascendente e o crescimento do mercado de capitais brasileiro são um caminho sem volta.

Atualmente, representa 24% da carteira de crédito da economia e espera-se que nos próximos dez anos o

capital esteja disponível para empresas de todos os tamanhos.

O sucesso desta transição depende da continuidade da agenda de reformas que fortaleçam a infraestrutura do mercado, melhorem a governança corporativa e incentivem a educação financeira para os agentes envolvidos. Caminhando nesse sentido, o mercado de capitais passa cada vez mais a se tornar uma via segura e eficaz para suprir as necessidades de crédito e impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Ibovespa e juros futuros recuam com ruídos fiscais

Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Eduardo Magossi De São Paulo

Ruídos fiscais em torno da magnitude do pacote de corte de gastos do governo intensificaram a volatilidade dos ativos domésticos na sessão de ontem. Depois de encostar nos 131.319 pontos, o Ibovespa encerrou em queda de 0,51%, aos 129.682 pontos, enquanto o dólar terminou em leve alta de 0,02%, cotado a R\$ 5,6752, após tocar a máxima de R\$ 5,7230.

Já os juros futuros voltaram a exibir forte queda nos prazos mais longos, a despeito de alguma pressão na ponta curta, apoiados pelo fechamento da curva americana.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 terminou o pregão em leve alta de 12,95%, do ajuste anterior, para 13,005%; e a do contrato de DI de janeiro de 2031 recuou de 12,88% para 12,73%.

Relatos sobre o pacote fiscal trouxeram turbulência ao indicar que o governo avaliava duas opções de corte de gastos, nos montantes de R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões.

Os valores são considerados baixos por agentes financeiros, que esperam ajustes em torno de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões. A informação, porém, foi negada pelo Ministério da Fazenda. Uma nova reunião para debater o tema foi marcada para hoje à tarde.

O responsável pela mesa de ações do BTG Pactual, Jerson Zanlorenzi, afirma que o peso do pacote de gastos do governo local ficou ainda maior após a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais. "Pode surgir um plano de R\$ 50 bilhões, mas quais serão as medidas específicas? E são executáveis?"

É no detalhe que o mercado aguarda mais, mas vemos que ele não está dando muito o benefício da dúvida", diz. "A cada dia que passa, os juros abrem mais e o câmbio deprecia.

O mercado está muito preocupado com os números e com a execução. Enquanto ficar só nos rumores, os agentes continuarão exigindo mais prêmio para se posicionar", completa.

No caso do Ibovespa, as perdas não foram maiores por causa da alta da Vale, que avançou 3,48%, a R\$ 63,56. Investidores aguardam um possível anúncio de mais medidas vindas da China, após a vitória de Donald Trump.

Operadores também viram a estabilidade do real contra o dólar como um ajuste global. Um profissional de uma grande gestora diz que o movimento foi muito idiossincrático no Brasil.

"Pareceu um fluxo de venda grande na média do dia", afirma.

"Agora que acabou o fluxo, quem vendeu junto não tem estômago para carregar uma posição otimista em Brasil", diz.

Já outros operadores afirmaram que a perspectiva de um Banco Central (BC) mais conservador pode ter dado algum suporte para a estabilidade do câmbio. Os estrategistas Tania Escobedo, Gisela Brant e Santiago Calcano, do J.P.

Morgan, no entanto, avaliam que é pouco provável que a postura agressiva do BC impulse uma recuperação sustentável do real, "a menos que o governo apresente uma estratégia crível para conter as despesas no médio prazo".

Mesmo com o alívio nos juros futuros mais longos visto ontem, Paulo Clini, diretor de investimentos da Western Asset Management, acredita que a curva futura está "esticada", em especial nos vencimentos de curto prazo, e que uma melhora é possível caso o pacote fiscal do governo agrade.

O movimento da curva local ocorreu em linha com a retração nos rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano), que foi acompanhada pela queda do dólar globalmente. O índice DXY, que mede a relação entre o dólar e uma cesta de moedas, caía 0,72%, no fim do pregão.

O recuo em ambos se deu, em grande parte, pelo sentimento de analistas de que, se as políticas de Trump vistas como inflacionárias forem implementadas, irá demorar algum tempo.

A sessão também foi de decisão do Federal Reserve (Fed, banco central americano), que cortou os juros em 0,25 ponto, o que já era esperado. Para alguns investidores, o presidente do Fed, Jerome Powell, passou uma mensagem mais "dovish" (a favor de juros mais baixos) ao dizer que o mercado de trabalho está esfriando e que a economia segue resiliente e a **inflação** em direção à meta.

0,51% foi a queda ontem do Ibovespa, que encerrou a 129.682 pontos

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188036?page=1§ion=4)**

Dólar fecha estável e Bolsa cai, com juros do Fed

FOLHA DE S. PAULO

O dólar fechou sem alterações nesta quinta-feira (7) e se manteve cotado a R\$ 5,675, em meio à repercussão da decisão de juros do Fed (Federal Reserve, o banco central norte-americano).

A alta da taxa Selic pelo Copom (Comitê de Política Monetária) do BC (Banco Central) e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos seguiram de pano de fundo. A moeda teve um dia de alta volatilidade e chegou a atingir R\$ 5,722 na máxima do dia; na mínima, chegou a R\$ 5,633.

Já a Bolsa caiu 0,50%, aos 129.681 pontos, apesar da disparada de 3% dos papéis da Vale.

O banco central americano cortou a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, levando-a à faixa de 4,5% e 4,75% ao ano. A decisão veio em linha com as expectativas do mercado e marca uma desaceleração do ritmo de afrouxamento monetário: no encontro passado, o Fed optou por uma redução de 0,50 ponto, após quatro anos sem cortar a taxa.

"A atividade econômica continuou a se expandir em um ritmo sólido", disse o comitê, acrescentando que o mercado de trabalho "se flexibilizou" e que a **inflação** continua se aproximando da meta de 2%.

O presidente do Fed, Jerome Powell, disse que, por enquanto, a vitória de Donald Trump não terá efeito sobre as decisões de política monetária da autarquia no curto prazo. "Não adivinhamos, não especulamos e não presumimos" quais serão as futuras escolhas políticas do governo, disse ele, em entrevista coletiva após a decisão.

Caso cumpra suas promessas de campanha, o republicano fará um novo mandato visto como protecionista. No comércio exterior, a promessa é aumentar tarifas entre 10% e 20% sobre praticamente todas as importações dos EUA, incluindo as que vêm de países aliados, e em pelo menos 60% sobre as da China.

As tarifas inibem o comércio global, reduzem o crescimento dos exportadores e pesam sobre as finanças públicas de todas as partes envolvidas. É provável que elas aumentem a **inflação** nos Estados

Unidos, forçando o Fed a agir com juros altos por mais tempo -o que fortalece o dólar.

A decisão do banco central americano foi adiada em um dia por causa das eleições americanas. Normalmente, ela ocorre às quartas-feiras, mesmo dia da reunião do Copom.

O comitê brasileiro optou por aumentar a taxa básica de juros do país, a Selic, em 0,50 ponto percentual, a 11,25% ao ano. O movimento veio em linha com o esperado pelo mercado.

Para analistas consultados pela Folha, a decisão é reflexo de incertezas em relação à **inflação**, à política fiscal e ao cenário externo, que, no futuro, podem levar a um ciclo de altas ainda mais forte caso não sejam propriamente endereçados no curto e no médio prazo. "Podemos interpretar que o ciclo está mais na mão do Ministério da Fazenda com o corte de gastos públicos do que propriamente do BC, e, também olhando para um âmbito mais internacional, do ciclo de corte de juros do Fed", disse Matheus Spiess, analista da Empiricus.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6378>